



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 107 - SÁBADO, 12 DE JULHO DE 2008 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Jayme Campos Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE JULHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de pareceres

Nº 674, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2008 (nº 30/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004*..... 27279

Nº 675, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008 (nº 33/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005*..... 27283

Nº 676, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2008 (nº 40/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006*..... 27287

Nº 677, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008 (nº 356/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007*..... 27290

Nº 678, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2008 (nº 382/2007,

na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007*..... 27294

Nº 679, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2008 (nº 2.239/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005*..... 27298

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 38, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de instituir o uso da palavra por cidadão na sessão não deliberativa da última sexta-feira do mês, nos termos que estabelece*..... 27303

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO PEDRO – Importância da participação brasileira no PARLAMAZ – Parlamento Amazônico, que se reúne nos próximos dias 14 a 16, nas dependências do Senado Federal..... 27303

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão Mista de Orçamento. Questão das rodovias em Mato Grosso..... 27304

SENADOR VALTER PEREIRA – Comentários sobre matéria intitulada “Supremo vigiado”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de hoje..... 27308

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a visita oficial do Presidente Lula ao Vietnã..... 27312

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Avaliação dos trabalhos do Senado Federal durante o primeiro semestre deste ano..... 27316

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *GERSON CAMATA* – Relações do Brasil com os países vizinhos..... 27319

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Saudação ao Ministério da Saúde pelo repasse de veículos destinados às ações do Programa de Controle da Malária na Amazônia Legal. 27319

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Análise de estudo realizado pelo IPEA, revelando queda no Índice de Gini. 27323

SENADOR *PEDRO SIMON* – Participação de S. Ex^a nas comemorações dos quatrocentos anos do Convento e da Igreja de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, no último dia 2 de junho. 27324

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 90^a Sessão não Deliberativa, realizada em 30 de maio de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 27326

Ata da 102^a Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de junho de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 27327

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53^a LEGISLATURA****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 130ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de julho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. João Pedro e João Durval

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 50 minutos e encerra-se às 11 horas e 54 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 674 , DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2008 (N° 30/2007, na Câmara dos Deputados) , que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 102, de 2008, que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004.

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 46, de 25 de janeiro de 2005, solicitando a apreciação do aludido Acordo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 18 de abril de 2007, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O acordo tem por objetivo estabelecer uma moldura básica para o desenvolvimento de projetos concretos de cooperação em matéria espacial, a serem executados no âmbito de ajustes

complementares e programas de cooperação específicos. Consoante o texto do Acordo, os projetos de cooperação deverão abarcar, entre outras, as seguintes áreas:

- desenvolvimento de microssatélites e minissatélites para fins científicos e comerciais;
- atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento, construção, fabricação, lançamento e instalação de solo para pesquisa e aplicações de tecnologia espacial;
- intercâmbio de pessoal técnico e científico para participar nos estudos e grupos de trabalho conjuntos estabelecidos para examinar assuntos específicos.

O acordo inscreve-se, ademais, em um amplo esforço, por parte do Governo brasileiro, para consolidar sua cooperação internacional na área do espaço exterior mediante a conclusão de instrumentos semelhantes com países tais como: República Popular da China, Estados Unidos, Argentina, Rússia, França e Ucrânia.

II – ANÁLISE

Trata-se de Acordo-quadro que está inserido em esforço do Brasil em ampliar e consolidar sua cooperação internacional na sensível área do conhecimento científico e tecnológico. O campo das pesquisas concernentes ao espaço exterior revela uma das mais valiosas agendas brasileiras, podendo o país adquirir em breve lapso de tempo grande maturidade no setor.

Vale salientar que o Brasil possui acordos-quadro semelhantes como o que ora se analisa em sede congressual com a China, com os Estados Unidos, com a Argentina, com a França, com a Ucrânia e com a Rússia.


Versado em quatorze artigos e um Anexo, o Acordo enfatiza o intuito de utilização pacífica do espaço exterior, ampliando a postura do Brasil como parceiro confiável no campo de tecnologias de ponta, como é a área espacial.

Prevendo a possibilidade de denúncia, no bojo de suas Cláusulas Finais, o tratado em apreço garante condições que mantêm incólume a posição de autonomia e independência dos signatários, sendo de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

III – VOTO

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2008.

Sala da Comissão, 03 DE JULHO DE 2008.



, Presidente



, Relator

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 102, DE 2008
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 3 / 7 / 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOÍZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOVANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>PRÉSIDENTE</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>RELATOR</i>	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 675 , DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008 nº 33 2007, na Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

Relator " AD HOC " Senador Eduardo Azevedo

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 899, de 13 de outubro 2006, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou, em 15 de maio de 2008, o Projeto de Decreto Legislativo formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a Mensagem Presidencial exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o seguinte:

“O referido documento insere-se no âmbito dos esforços de ambos os países para incrementar a cooperação e coordenação entre as respectivas autoridades de aplicação da lei e coibir os diversos aspectos relacionados ao tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas. Para esse fim, prevê o intercâmbio de informações entre os Governos, treinamento técnico especializado, fornecimento de equipamentos e recursos humanos, mútua assistência técnica e exercícios conjuntos.”.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreciação está inserido no contexto mais amplo do combate à criminalidade organizada transnacional pela via da cooperação jurídica internacional. Ele contribui, de modo expressivo, para o enfrentamento do grave problema que é o descaminho de armas e munições, bem assim o narcotráfico.

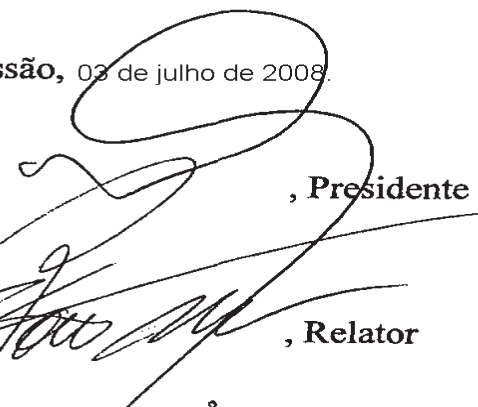
Considerando a superlativa dimensão territorial dos países envolvidos, o transporte aéreo torna-se meio adequado à empresa criminosa dedicada ao lucrativo tráfego de drogas e armas. Nesse contexto, o combate a essa forma de atuação deve se realizar por meio de atividades concertadas e harmônicas.

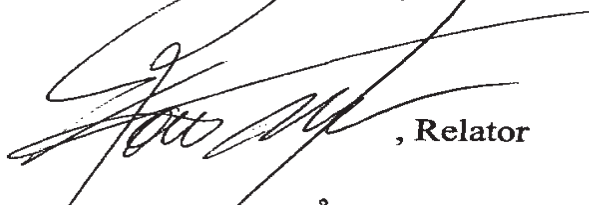
Nesse sentido, o presente tratado oferece importante direcionamento à ação conjunta de ambos os países e constitui marco importante no combate às atividades ilegais, concorrendo, ainda, para a fixação de novo patamar no relacionamento bilateral.


III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008 (PDC nº 33, de 2007, na origem).

Sala da Comissão, 03 de julho de 2008.


, Presidente


, Relator


RELATOR "AD HOC"

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 104, DE 2008.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/07/2008 OS SENHORES(AS) SENADORES(A):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR <u>EDUARDO AZEREDO</u> <i>Ad hoc</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOVANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM) <i>Minh. M</i>	2 - CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>relator "Ad hoc"</i>	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Minh.</i>	1 - JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 676 , DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2008 (nº 40/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006 .*

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 105, de 2008, *que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006 .*

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 23, de 17 de janeiro de 2007, solicitando a apreciação do aludido Acordo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 18 de abril de 2007, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Viação e Transporte e Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O Acordo assinado que visa a fortalecer o relacionamento Brasil-Índia no campo do transporte aéreo comercial. Para tanto, existe a necessidade de manter permanente cooperação e consultas entre as autoridades aeronáuticas dos dois países.

O acordo facilitará o transporte de carga aérea e passageiros, reforçando as relações econômicas bilaterais, sobretudo no aspecto comercial.

II – ANÁLISE

O advento da Índia como uma das grandes economias que se projetam no cenário internacional dá ao Acordo de serviços aéreos que ora se celebra com aquele país particular significado. Também nos parece relevante para a matéria apreciada ressaltar a grande identidade que Brasil e Índia têm mantido nos foros internacionais e nas deliberações junto às organizações internacionais. Países emergentes com grande necessidade de inserção internacional têm muito em comum, pelo que devem aprofundar suas relações bilaterais.

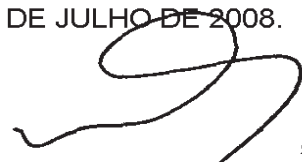
Um acordo aéreo, dando dinamismo e fluidez ao transporte de cargas e passageiros entre os dois países, como o que ora se define no âmbito do presente tratado, é de grande oportunidade e de grande interesse para ambos os signatários. Para o Brasil, em particular, significa a possibilidade de ampliar sua presença em região de crescente importância em sua agenda externa, facilitando comércio e investimento, a par da dinamização das relações políticas e culturais.

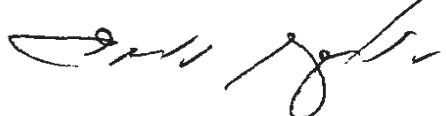
O presente ato internacional deveria ser multiplicado inúmeras vezes, abrangendo sempre mais parceiros, a proporcionar ao Brasil um leque cada vez maior de aliados. Tanto na política, quanto no comércio internacional.

III – VOTO

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2008.

Sala da Comissão, 03 DE JULHO DE 2008.


, Presidente


, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: P.O.S Nº 105, DE 2008
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/7/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOTANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Relator</i>	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAIA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
P.O.S Nº 105 / 08

PARECER Nº 677, DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008, (nº 356/ 2007, na Câmara dos Deputados),

que prova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO

Relator "AD HOL" SENADOR EDUARDO SUPLICY

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 469, de 6 de julho de 2007, portadora do Acordo em epígrafe. Também por preceito constitucional, a Mensagem Presidencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, a Mensagem foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que decidiu pela formulação do presente Projeto de Decreto Legislativo. A proposição foi, em seguida, apreciada pelas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação, sendo finalmente aprovada na Câmara dos Deputados em 15 de maio de 2008.

No dia 5 de junho subsequente, o Projeto de Decreto Legislativo foi recebido no Senado Federal, sendo encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 12 de junho seguinte e, ao

Relator signatário, no dia 23 de junho de 2008, após transcorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas.

II – ANÁLISE

O presente acordo foi firmado para ampliar a integração física entre os territórios do Brasil e da Bolívia. O Acordo estabelece em seu Artigo I que as Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes e com a brevidade requerida, o exame das questões referentes à construção de uma ponte internacional para unir as cidades de Guajará-Mirim, no Brasil, e Guayaramerín, na Bolívia, incluída a infraestrutura complementar necessária e seus respectivos acessos, bem como o estabelecimento de um sistema integrado de passo de fronteira.

Com essa finalidade, o acordo prevê a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, integrada por igual número de representantes de cada país, provenientes de órgãos da esfera central e local de cada uma das Partes, com a competência para preparar a documentação necessária à construção da ponte e dos acessos, referendar o projeto executivo da obra e acompanhar a construção e realizar vistorias até o prazo de um ano após a inauguração. Cada parte será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Mista.

O Acordo determina que os custos da elaboração dos estudos técnicos e ambientais e do projeto executivo, de engenharia e de construção serão cobertos pelo Governo da República Federativa do Brasil, sendo que os custos relativos aos acessos e obras complementares serão de responsabilidade de cada Parte. Ainda nesse item, os custos referentes às desapropriações necessárias em cada território nacional serão de responsabilidade exclusiva dos governos locais.

Com o presente acordo, destarte, Brasil e Bolívia estão criando as condições institucionais necessárias para a edificação de uma ponte entre o Estado de Rondônia e o território do país vizinho. O texto do Acordo define normas gerais que devem pautar a realização da obra, com criação de um órgão binacional, a elaboração dos estudos prévios e do projeto e a responsabilidade dos gastos. Essas regras visam a dividir as responsabilidades

e custos, determinado o envolvimento dos governos centrais e locais, além de garantir a transparência do processo de construção da nova ponte.

Cuida-se, portanto, um entendimento bi-governamental com vistas a atender a importante demanda por ligação terrestre entre Brasil e a Bolívia – questão vital não só para as populações locais, como para toda a saúde da economia regional, trazendo consequências benéficas para as próprias iniciativas maiores de integração protagonizadas pelo Brasil no cenário da Amazônia.

O incremento do fluxo comercial e das populações fica muitas vezes dificultado pela inexistência de ligações rodoviárias e pelas más condições das ligações hidroviárias. O aprimoramento da via terrestre entre os territórios do Brasil e da Bolívia constitui-se, indubitavelmente, numa prioridade para a intensificação dos fluxos de comércio terrestre naquela região, além de proporcionar o conforto e a rapidez que nossas populações fronteiriças merecem.

III – VOTO

Pela importância da matéria, e tendo em vista o impacto social e econômico positivo que causará a Rondônia, melhorando as condições de ligação com o território da Bolívia, entendemos ser de alta relevância a presente proposição, pelo que opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008.

Sala da Comissão, 3 DE JULHO DE 2008.

, Presidente


SENADOR JOÃO RIBEIRO, Relator


Relator “Ad Hoc”

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 413, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/07/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Relator "Ad hoc"</i>	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOVANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 678, DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2008 nº 382/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 114, de 2008, cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

A proposição em exame, composta por doze artigos, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 15 de maio de 2008, mesma data em que foi encaminhada ao Senado.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 390, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00134, de 25 de maio de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se destaca que o Acordo pretende sistematizar a cooperação técnica entre o Brasil e os Estados-membros da União Africana, podendo envolver instituições do setor público e privado e, ainda, organizações não-governamentais de ambos os países.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal.

No mérito, o projeto condiz com a política de aproximação entre Brasil e países africanos. E, como bem assinalado no preâmbulo do Tratado, há interesse das partes em estimular o desenvolvimento socioeconômico em seus países; buscar o desenvolvimento sustentável; e progresso técnico.

Iniciativas, ações, programas ou projetos decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica poderão abranger apenas um ou mais Estados Membros da União Africana ou conjunto de Estados Membros (art. 2º). É, ainda, admitida a cooperação trilateral mediante parcerias com outros países, organizações internacionais e agências regionais (art. 3º).

A implementação de programas e projetos de cooperação técnica se dará por meio de ajustes complementares (art. 4º).

Sem prejuízo de outras que possam vir a ser assim consideradas pelas Partes, as áreas inicialmente eleitas como prioritárias para cooperação técnica são as seguintes: cooperação para o desenvolvimento; combate à fome e à pobreza; agricultura; saúde; educação; recursos naturais; meio ambiente; e energia.

Nos termos do art. 6º, as informações obtidas em decorrência da implementação deste Acordo somente poderão ser fornecidas a terceiros mediante prévia autorização da outra parte.

Os arts. 7º e 8º cuidam, respectivamente, do intercâmbio de pessoal e dos privilégios e imunidades de pessoal, os quais dependerão de reciprocidade entre as Partes e não eximirão o pessoal do cumprimento das leis e regulamentos vigentes no país anfitrião (art. 9º).

Por sua vez, o art. 9º disciplina as isenções de taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação sobre os bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma Parte à outra para desenvolvimento de programas ou projetos decorrentes deste Acordo.

O art. 11 traz dispositivos sobre a entrada em vigor e a denúncia do Tratado. Sua vigência se estenderá por cinco anos e tem início previsto a partir da data de recebimento da última das notificações de uma Parte a outra, com

vistas a informar o cumprimento de formalidades legais necessárias. Haverá prorrogação automática por períodos iguais e sucessivos, exceto se uma das Partes manifestar intenção em denunciá-lo, o que deverá ser feito com antecedência mínima de seis meses.

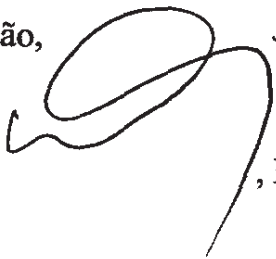
Eventuais controvérsias não resolvidas por meio de solução amigável serão dirimidas por arbitragem, conforme normas de Direito Internacional Público (art. 12).

Como dissemos, o presente Acordo representa mais um importante passo na aproximação entre Brasil e países africanos. Consideramos, assim, que sua aprovação chega, em boa hora, para estimular e, ainda, regular ações e projetos em diversas áreas de cooperação técnica entre as Partes.

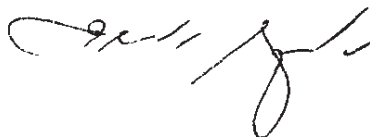
III – VOTO

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2008.

Sala da Comissão, 3 DE JULHO DE 2008.



, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 114, DE 2008
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 3 / 7 / 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOVANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) PRESIDENTE	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) RELATOR	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 679 , DE 2008

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2008, (Nº 2.239/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 123, de 2008, que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 16, de 10 de janeiro de 2006, solicitando a apreciação do aludido Acordo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 21 de maio de 2008, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O referido instrumento tem por objetivo promover a cooperação técnica entre Brasil e Argélia no campo da proteção sanitária, com vistas a facilitar as trocas comerciais de animais e de produtos de origem animal, preservando seus respectivos territórios de eventuais doenças dos animais ou zoonoses transmissíveis ao homem.

Conforme prevê o Acordo, Brasil e Argélia deverão informar-se mutuamente sobre a ocorrência, em seus territórios, de doenças infecciosas e parasitárias dos animais incluídas na lista estabelecida pela Organização Mundial de Saúde Animal, bem como as medidas adotadas para controle de surtos, contribuindo assim para a redução dos riscos sobre sanidade animal de um país para outro.

O acordo dispõe ainda sobre a conclusão de acordos referentes às condições sanitárias para importação, exportação e o trânsito de animais vivos e de produtos de origem animal entre os dois países.

II – ANÁLISE

Versado em nove artigos, o ato internacional que ora se submete à apreciação do Congresso Nacional, possui natureza bilateral e contempla o aperfeiçoamento das relações do Brasil com a Argélia, a promover cooperação técnica no campo da proteção sanitária.

Vale salientar que a normatização das questões fitossanitárias corresponde a importante aperfeiçoamento das condições de base do desenvolvimento do comércio internacional. No caso em questão, o tema se valoriza pela importância do parceiro, com o qual o Brasil poderá desenvolver amplas linhas de comércio de produtos de origem animal. Com efeito, a República Argelina Democrática e Popular tem obtido índices de desenvolvimento apreciáveis, com estabilidade e inserção internacional, o que a transforma em parceira importante.


Dar densidade às relações com a Argélia significa, ademais, fortalecer a presença comercial brasileira no continente africano, onde hoje repousam grandes interesses de nossa política comercial.

Tomando em conta parâmetros internacionais da Organização Mundial de Saúde que buscam disciplinar acordos de natureza sanitária como o que ora se considera, o ato internacional em apreço é de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, não podendo o Brasil deixar de aperfeiçoar mecanismos que facilitem seu comércio, dando credibilidade e confiança ao mercado internacional.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2008.

Sala da Comissão, 03 DE JULHO DE 2008.



, Presidente

, Relator

Minh A.

RELATOR "AD HOC"

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 123 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 3 / 7 / 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE <i>Relator "Ad hoc"</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GEOVANI BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Relator "Ad hoc"</i>	1 - JEFFERSON PRAIA

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2008**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de instituir o uso da palavra por cidadão na sessão não deliberativa da última sexta-feira do mês, nos termos que estabelece*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, para reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência, lida na sessão de 2 de abril do corrente ano.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, primeiro orador inscrito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys, Srª Presidente desta sessão, saúdo as Srªs e os Srs. Senadores, o Senador Valter Pereira, o Senador Heráclito.

Srª Presidente, primeiro, quero parabenizá-la pelo trabalho que vem desenvolvendo. Ainda haverá uma sessão para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas, desde já, quero registrar o trabalho de V. Exª e de vários Senadores, que praticamente concluíram esse instrumento importante para o Brasil, para as nossas regiões, que é a LDO.

Acompanhei, não nas reuniões, toda a movimentação, e, com certeza, pelo empenho e pelo compromisso público de V. Exª, a LDO será democrática, compromissada com a justiça social. Ouvi as opiniões e vejo o empenho de V. Exª e, portanto, sei que essa Lei vai fazer mais justiça para com nossas regiões, com nossas populações, com a população pobre, que carece de recursos, de um olhar do Estado brasileiro, das políticas públicas para o nosso País. Quando falo do nosso País, refiro-me ao interior, às pequenas cidades, às longas estradas, às cidades nas fronteiras, principalmente nas fronteiras da Amazônia e do Centro-Oeste. Enfim, são cidades que detêm parte significativa das nossas populações.

Mas o mérito que acompanhei e que V. Exª estava encaminhando é justamente o de corrigir distorções regionais, principalmente nas regiões que, ao longo dos anos da história da nossa República, receberam menos recursos. Então, o Nordeste, o Norte, a Amazônia, com certeza, sairão desse processo de discussão com um olhar mais cuidadoso. E a LDO é um instrumento importante para a aplicabilidade dos nossos

recursos e das nossas políticas, é muito importante para o povo brasileiro.

Mas, Srª Presidente, na segunda-feira, no Senado, numa das salas das nossas Comissões, vamos nos reunir com o Parlamento Amazônico (Parlamaz). Senador Heráclito Forte, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, a Presidente atual do Parlamaz, a Deputada Ana Lucia Reis, da Bolívia, estará presente, coordenando a reunião. Aproveito a oportunidade para divulgar o evento e para chamar a atenção dos nossos Senadores para a importância da participação de todos.

É verdade, Senador Heráclito Fortes, que o Congresso Nacional não se faz presente de forma formal no Parlamaz, o Parlamento que compõe os países amazônicos. Precisamos, inclusive, formalizar a representatividade do Congresso Nacional nesse Parlamento, nesse fórum, que é importante para a região, para os países amazônicos, para o Brasil.

Haverá reuniões nos dias 14, 15 e 16 próximos no Senado da República. Conversei ontem com o Presidente Garibaldi, que disponibilizou toda a atenção política, pois fará a recepção dos integrantes do Parlamaz e acomodará a reunião no Senado.

Quis o destino que todos nós, Senadores e Deputados, estivéssemos aqui. Se a sessão de ontem acontecesse e se a LDO fosse votada, não haveria praticamente ninguém aqui na próxima semana. Felizmente, vamos votar a LDO na terça-feira, e a reunião do Parlamaz começará na segunda-feira, dia 14 do corrente, às 10 horas, em uma das salas das Comissões – não sei precisar qual é a sala – do Senado.

Então, quero chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para a importância da reunião do Parlamento Amazônico, assim como para a vinda da Deputada Ana Lucia Reis e de vários Parlamentares da Bolívia, do Equador, do Peru, da Venezuela, da Colômbia, que também tem Senadores, e, provavelmente, alguns deles participarão da reunião, que tem como meta o planejamento estratégico do Parlamaz.

Viajarei para meu Estado, mas voltarei a tempo de participar dos trabalhos, porque considero importante o fortalecimento do Parlamento Amazônico, a relação entre os países que compõem a **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. É imprescindível que o Parlamento discuta, como vem discutindo, o Mercosul. O Parlamento que compõe os países do Mercosul tem uma atividade bastante rica, embora não se venha reunindo como deveria. Por sinal, o Parlamaz vem com uma Mesa provisória – a Presidente está no cargo provisoriamente. É uma região importante, com Parlamentos que podem e devem discutir assuntos relevantes para a Amazônia Pan-Americana.

Então, espero que essa reunião que será realizada a partir do dia 14 no Senado possa definir um conjunto de medidas em que o Parlamento Amazônico retome discussões fundamentais para os países que compõem a Amazônia, mas que assuntos de integração entre os países possam fazer parte dessa dinâmica de um Parlamento que representa uma região tão cobiçada, tão discutida em nível internacional. Espero que essa reunião seja uma reunião de retomada do Parlamento Amazônico, no sentido de reafirmar compromissos com a democracia, compromissos com a solidariedade, compromissos com a soberania dos países que compõem a Amazônia, compromissos com a integração entre os povos que vivem na Pan-Amazônia.

Sr^a Presidente, era esse o registro que gostaria de fazer nesta manhã de sexta-feira no Senado da República.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador João Pedro.

Passo a Presidência agora ao Senador João Pedro. (*Pausa.*)

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Concedo a palavra à próxima oradora, Senadora Serys Slhessarenko, por vinte minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador João Pedro, que preside esta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, teríamos aqui dois assuntos a tratar, um especificamente do nosso Estado de Mato Grosso, e eu também gostaria de falar um pouco sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que, para 2009, está absolutamente pronta tecnicamente. Foi feito um trabalho realmente grandioso de toda a Consultoria dessa área, tanto a do Senado, quanto a da Câmara, quanto a das Lideranças.

Eu queria, em nome do Dr. Fernando, cumprimentar toda a Consultoria, que trabalhou tecnicamente com competência e com muito compromisso político, pela causa não partidária, e que trabalhou muitas e muitas horas – acho que são até incomensuráveis, pois foram dias, noites e madrugadas –, para levarmos a bom termo, dentro do prazo previsto, a LDO. Aqui, falo do aspecto técnico.

Politicamente, foi com grande compromisso e com força que a Comissão Mista de Orçamento, sob a Presidência do Deputado Mendes Ribeiro, assumiu essa causa. Realmente, a Comissão Mista de Orça-

mento, com todos os partidos ali representados, tanto da situação, da base do Governo, quanto da oposição, foi incansável em termos de dedicação, de vontade, de determinação. Às vezes, as discussões eram polêmicas, mas sempre conseguimos chegar a um entendimento. Uma parte tentava convencer a outra, mas conseguimos chegar a bom termo.

Então, essa proposta que aí está foi aprovada por unanimidade na Comissão Mista de Orçamento. Houve unanimidade, ou seja, na hora da aprovação na Comissão, não houve voto contra com relação ao corpo da lei nem, *a posteriori*, com relação aos destaques. Aqueles que receberam parecer contrário tiveram votação unânime dos presentes, e aqueles que receberam parecer favorável também tiveram votação unânime. Tudo isso foi feito sob a liderança e a coordenação do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, que programou e realizou todas as reuniões necessárias na Comissão Mista de Orçamento para tratar da questão da LDO e de outras questões também, mas vou falar mais especificamente da LDO. Também fora das reuniões da Comissão, em reuniões na Presidência, foram vários os encontros com os coordenadores de bancada de todos os Estados, dos vários Estados, e com os líderes partidários dos mais variados partidos, de todos que têm representação na Câmara e no Senado. Lá estivemos em reuniões.

Acredito que, graças a essa compreensão da importância do entendimento existente entre as forças políticas do Congresso Nacional do nosso País pelos coordenadores de bancada dos vários Estados, essa determinação do Presidente Mendes Ribeiro nos levou realmente à possibilidade de, a termo e a tempo, aprovarmos a LDO, que, há 21 anos, não conseguia ser aprovada no prazo na Comissão Mista de Orçamento. Este ano, a Lei foi aprovada quatro dias antes na Comissão de Orçamento e está agora tramitando no Congresso Nacional. Ontem, poderia ter sido aprovada, pois está absolutamente pronta. Faltava um entendimento, que surgiu meio de última hora, com um partido da oposição, mas conseguimos, ontem ainda, formular um entendimento, e a LDO está absolutamente pronta para ser votada, com o entendimento de todas as forças partidárias do Congresso Nacional do nosso País.

Infelizmente, ontem, por falta de quórum na Câmara, não pudemos votá-la, mas acredito que, na próxima terça-feira, como está convocado o Congresso para as 19h30, venha a se realizar a aprovação não só da LDO, como de outras questões que estão postas na pauta do Congresso Nacional, como a liberação de

créditos para vários Estados. Acredito que isso poderá acontecer na terça-feira.

O Congresso Nacional está cumprindo seu papel, o papel para o qual nós, parlamentares, viemos para aqui, tanto para o Senado quanto para a Câmara, qual seja o de exercer várias funções, mas, entre elas, eu diria que a maior, a principal é a de legislar. Temos de legislar realmente em matérias relevantes; algumas, às vezes, parecem menores, mas são grandes também. E as matérias relativas à questão orçamentária do nosso País são de extrema relevância.

Na LDO, não só definimos a questão do salário mínimo, como também outras questões grandes, buscando a transparência dos recursos, buscando, realmente, formatar uma LDO para o País em 2009 que atendesse aos interesses, às necessidades e às aspirações da população brasileira como um todo. Buscamos realmente elaborar uma lei que não fosse fruto e produto de vontades individuais dos parlamentares, fazendo com que essas vontades individuais se refletissem na vontade coletiva do Congresso Nacional.

Por isso, sinto-me muito bem como relatora, pois consegui atender, num trabalho gigantesco, a 95% dos parlamentares da Câmara que entraram com emendas, agrupando emendas do mesmo interesse de um e de outro parlamentar. Conseguimos atender a 95% dos parlamentares da Câmara, e 100% dos Srs. Senadores e Senadoras que entraram com emendas na LDO foram contemplados pelo menos com uma emenda.

Realmente, esse foi um trabalho bastante difícil, mas proveitoso, porque valorizar o Parlamento é valorizar o nosso Congresso Nacional. Temos de ter essa determinação e mostrar realmente “a cara do Congresso Nacional”, com vontade de dizer que o trabalho nosso aqui é um trabalho coletivo, não é um trabalho que eu faço ou que ele faz ou que aquele outro ou outra está fazendo. É um trabalho para mostrar que o Congresso Nacional está desempenhando sua função com competência e com compromisso político, não político partidário, individualizado, de cada um de nós, mas político no sentido de atender às necessidades da população brasileira, daqueles que para cá nos mandaram.

Dito isso, Sr. Presidente, Senador João Pedro, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, eu queria falar um pouco sobre meu Estado, o Mato Grosso, eu queria falar um pouco sobre as rodovias, sobre as formas de escoamento da grandiosa produção de Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso é o maior produtor de carne bovina, o segundo maior produtor de carne de frango, produtor de carne suína da melhor qualidade, o maior produtor de grãos, especialmente para exportação, principalmente de soja, como também é grande

produtor de algodão e se está agigantando na produção de milho. É um Estado eminentemente produtor de matéria-prima para exportação.

O que buscamos para Mato Grosso hoje, Sr. Presidente, Senador João Pedro, é que para lá se encaminhem ou de lá venham a emergir potenciais investimentos para se agregar valor a essa matéria-prima, porque são exportados o produto e também o imposto, com a Lei Kandir. A situação fica difícil para o Estado.

O Estado busca, agora, investir para agregar valor a esses produtos e a outros mais. Já temos exemplos belíssimos, em Mato Grosso, de pessoas e empresas que estão investindo no sentido de agregar valor a esses produtos.

Estivemos, há duas semanas, em Tóquio, no Japão, e lá, além de desempenharmos o papel que deveríamos desempenhar, tanto eu quanto o Senador Renato Casagrande e o Deputado Palocci. Nós três compúnhamos o grupo de parlamentares do Fórum Internacional de Parlamentares do G8+5 – o Brasil, a China, a Índia, o México e a África do Sul compõem o G5. Fomos até lá para fechar o documento que foi apresentado à cúpula em Hokkaido, no interior do Japão, agora, no dia 08. Terminamos o documento no dia 30 e esse documento foi apresentado à cúpula do G8+5, aos senhores presidentes desses 13 países. Ficou incumbido desse papel o Sr. Fukuda, Primeiro-Ministro do Japão, que compareceu à nossa reunião, discutiu conosco, em Tóquio, e ficou com o documento para entregá-lo à cúpula do G8+5.

Lá estiveram presentes, além de três a cinco parlamentares de cada país do G8+5, vários primeiros-ministros, dentre eles o Primeiro-Ministro do Japão e o ex-Chanceler da Inglaterra, do Reino Unido, Sr. Tony Blair, que não só fez sua intervenção, como também participou dos discursos. Os candidatos à presidência dos Estados Unidos, inclusive o Sr. McCain, participaram via videoconferência, o que avaliamos como muito importante, porque os Estados Unidos, os maiores poluidores do mundo, não têm participado, realmente, das discussões para que se promova o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Os candidatos à presidência dos Estados Unidos lá estiveram – não presentes pessoalmente, mas via videoconferência – pronunciando-se a respeito, o que avaliamos como muito importante.

Esse documento foi elaborado com vistas pós-Kyoto – o Protocolo de Kyoto termina em 2012. É um documento que acabou de ser elaborado para ser apresentado à cúpula dos presidentes em Hokkaido, também no Japão, poucos dias após o término do nosso fórum. Sabemos que parte dele já foi acatada pela

cúpula, porque foi publicado pela imprensa, no que diz respeito à busca da redução de CO², de gás carbônico, até 2050, no mínimo em 50% do que já está posto aí. É o *minimum minimorum*, mesmo. Nós prevíamos mais, mas isso já é algum avanço assumido pelo G8+5.

É um trabalho muito grande, porque entrou, também, toda uma discussão a respeito do biocombustível. Inclusive, debati com o Sr. Tony Blair em junho do ano passado, em Berlim – eu participei –, quando ele negou a possibilidade de o Brasil produzir biocombustível, Srs. Senadores. Agora, não. Ele reconheceu essa participação mais ou menos num mesmo debate – agora, não chegou a ser um debate, pois eu o questionei. Antes foi um debate. Tão logo ele terminou a palestra, eu o questionei sobre como ele via essa situação do Brasil, principalmente quanto às barreiras tarifárias que os Estados Unidos, a União Européia e o Japão impõem aos biocombustíveis, e como ele via, também, a participação do Brasil na produção de biocombustível. Ele disse que o Brasil tem um papel importante, reconheceu isso. Enfim, a postura dele foi politicamente correta, acatando, realmente, aquilo sobre o que nós pronunciámos, o que achei que foi um ganho bastante grande. Também trabalhamos a questão das florestas, para se evitar o desmatamento e o comércio de carbono.

Então, são importantes questões que lá foram tratadas.

Como eu anunciei aqui, vou falar um pouco das rodovias do meu Estado de Mato Grosso.

No último dia 02 de julho, o Sr. Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, acompanhado do Diretor-Geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, anunciou um pacote de obras que supera R\$800 milhões. Serão beneficiadas, em Mato Grosso, as rodovias BRs 242, 174, 364, 158 e 080, além de outras em convênios com Municípios e o Estado. Evidentemente, Mato Grosso precisa de muito mais, pois tem uma demanda de produção agropecuária que exige infra-estrutura eficiente. Ocorre que as dificuldades são muitas.

Também por esse motivo, a Bancada mato-grossense no Senado apresentou um pacote... Há inexistência de projetos, há dificuldades, dentre elas, a inexistência de projetos. A Bancada mato-grossense no Senado apresentou um pacote de projetos de lei para federalizar cerca de quatro mil quilômetros de rodovias em Mato Grosso. Com a aprovação do Congresso, as estradas estaduais passam a ser, essas que elenquei, de responsabilidade da União, com a possibilidade de receberem investimentos do Governo Federal.

A proposta, além de aumentar a malha federal, viabiliza rodovias chamadas de “estruturantes”, aquelas que cortam o Estado de ponta a ponta mas que ainda

não saíram do papel. A proposta de expansão da malha viária federal relaciona as BRs 242, 359, 251, 080 e 174. A maioria delas existe, mas elas não estão asfaltadas e não têm boas condições de trafegabilidade.

Os projetos fazem parte de uma ação política que, pela primeira vez, foi realizada de forma articulada pela Bancada no Senado, em prol da federalização de rodovias – ou seja, pelos três Senadores: eu, o Senador Jayme Campos e o Senador Jonas Pinheiro, já falecido, que, na época, realmente trouxe grande contribuição para que conseguíssemos buscar a federalização dessas estradas.

Neste ano, conseguimos R\$60 milhões para o Dnit contratar projetos que podem ser aplicados em todo o País, especialmente no Mato Grosso. Os projetos de lei foram aprovados na Comissão de Infra-Estrutura do Senado e seguiram para a Câmara Federal. A proposta de federalização incluiu, de forma geral, rodovias já pavimentadas, em fase de pavimentação e, inclusive, trechos que ainda nem existem.

Em alguns trechos, para a viabilização do projeto, é necessária apenas uma portaria ministerial para que a estrada seja federalizada. Entretanto, na maioria dos casos, é preciso que seja realizado todo o trâmite, inclusive aqui no Congresso Nacional.

Os Projetos das BRs-359 e 251 prevêem alteração no traçado. Para a BR-359, que liga os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, passando por Mineiros, Coxim e Corumbá, há também proposta de alteração no traçado, que consiste em acrescentar 570 quilômetros à rodovia, estendendo-se até Cocalinho e Alto Taquari, Municípios, entre outros, com grande produção de soja e algodão no meu Mato Grosso, chegando a 161 mil toneladas, só nesta região, e a 34 mil, respectivamente.

Com a alteração no traçado da rodovia, vislumbra-se a possibilidade de verticalização da produção, com oferta de melhor logística de transporte e, conseqüente, ampliação de mercado.

A BR-251 começa em Ilhéus (BA), passa por Goiás, Distrito Federal e chega a Cuiabá, totalizando uma extensão de 2.181 quilômetros. A alteração proposta pretende modificar o traçado para estendê-la até a Bolívia. A importância estratégica é de estabelecer uma nova logística decorrente do potencial da região, beneficiando os Municípios de Cocalinho, Campinápolis (distrito de Marzagão), Novo Diamantino, Santo Afonso, Tangará da Serra, Reserva do Cabaçal, Pontes de Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso.

A saída para a Bolívia é apontada como um significativo avanço rumo à consolidação de mais um corredor de exportação.

As BRs-080 e 174 têm como objetivo o seu prolongamento. A extensão total da BR-080 é de 621 quilômetros. A rodovia começa em Brasília (DF) e termina em São Miguel do Araguaia (GO).

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço mais três minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – V. Ex^a tem mais cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador João Durval.

O Projeto de Lei propõe prolongar a rodovia por mais 1.229 quilômetros, até o entroncamento da BR-364, em Rondônia. O novo traçado corta o Estado de Mato Grosso, em uma região caracterizada pela produção pecuária bovina de corte e com pequena produção agrícola. A mudança é justificada por se tratar de uma região de terras férteis, em que a produção agrícola pode ser ampliada sem provocar abertura de novas áreas.

Outro ponto considerado importante é que o novo traçado beneficiará o Município de Colniza, extremamente carente de infra-estrutura, segurança, saneamento básico e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); extremamente importante, eu diria, para o nosso Município de Colniza é o traçado dessa rodovia.

Sobre a BR-174, o atual traçado começa em Cáceres, passa por Mato Grosso, Rondônia, Amazônia, Roraima e termina na fronteira com a Venezuela. A alteração no traçado definitivo acrescenta entre os pontos de passagem outros 12 Municípios. A proposta consiste em alterar o ponto de início da rodovia, transferindo para Porto Santo das Lendas, incluindo as cidades de Pontes e Lacerda, Vilhena, Juína, Juruena, Aripuanã, Colniza e Manicoré.

O Município de Juína é apresentado como estratégico na dotação de recursos logísticos para o escoamento de sua produção. Ali, a economia se baseia na pecuária e no extrativismo mineral, com ênfase para a extração de diamante.

Quanto à BR-242, a alternativa é chegar ao Pacífico, Sr. Presidente. A BR-242 é considerada prioritária, porque pode se transformar em uma rodovia internacional, que corta o Estado de Mato Grosso de ponta a ponta. Originalmente, a rodovia começa em São Roque (BA), atravessa o Estado de Tocantins, passa por Mato Grosso e apresenta uma nova alternativa de saída para o Pacífico. Ao todo, possui uma extensão de 2.691 quilômetros.

Em Mato Grosso, a implantação e a pavimentação estão previstas no PAC, ligando a BR-158, em Ribeirão Castanheira, à BR-163, em Sorriso. A BR-242 é considerada prioridade no projeto de federalização, porque atravessa por uma região com grande desequilíbrio regional, em que os Governos, tanto o Federal como o Estadual, têm dificuldades na implementação de políticas públicas, devido à falta de infra-estrutura de transporte.

A alteração foi proposta pela representação do Estado de Mato Grosso nesta Casa, com a participação decisiva e determinante do Senador Gilberto Goellner, suplente do nosso querido e saudoso Senador Jonas Pinheiro. Portanto, Gilberto Goellner, Jayme Campos e eu temos batalhado muito pela federalização dessas estradas. A nossa parte, a fizemos. Esperamos, acreditamos e estamos confiantes de que a Câmara, que já está com esse projeto de federalização na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, acelere o processo, para que haja a possibilidade de, imediatamente, essas obras se iniciarem, já aprovadas aqui, e também acordado com o Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Presidente do Dnit, para que a elaboração dos projetos seja acelerada, a fim de que a execução dessas obras, realmente, ocorra o mais rápido possível.

Sr. Presidente, mesmo com o potencial aumento de quatro mil quilômetros de rodovias federais em Mato Grosso, ainda continuará havendo problemas no escoamento da produção, que é bastante significativa, inclusive pelo alto potencial na produção de etanol, do biocombustível, de um modo geral, fazendo com que o escoamento seja cada vez mais difícil, porque nossa logística em infra-estrutura é bastante pequena em relação à produção de um Estado com tanta terra. Sempre disse não ser preciso derrubar nenhuma árvore, Senador João Durval, de forma ilegal, e que também não irá prejudicar absolutamente a produção de alimentos, de jeito nenhum. É um Estado que tem um potencial gigantesco de produção de matéria-prima para exportação, mas, principalmente, para receber investimentos, aos quais possam ser agregados valores às matérias-primas, fazendo com que o Estado se desenvolva economicamente, mas com sustentabilidade ambiental. Essa a vontade e a determinação da população de Mato Grosso, um Estado que tem boas terras cultiváveis, em sua maior parte, que conta com uma agricultura familiar realmente empenhada, trabalhando, produzindo, buscando a melhoria da qualidade de vida de toda a sua população. Lá estão os grandes produtores, as grandes empresas, buscando agregar valores a sua produção, exportando-as, assim como também os médios e os pequenos produtores. Ou seja, a agricultura familiar, cada vez mais, está-se organi-

zando para produzir com qualidade, também com vista ao mercado interno, mas, primeiramente, ao seu auto-sustento. Existe ainda o sistema por cooperativismo, com vista à exportação com qualidade. Sr. Presidente, precisamos, realmente, viabilizar o escoamento de nossa produção por meio de rodovias e de ferrovias.

Cito a Ferronorte, com o trecho Taquari/Alto Araguaia já concluído há alguns anos, e agora, sua extensão até Rondonópolis, e, futuramente, chegar a capital, Cuiabá.

Temos também uma proposição para a Norte/Sul, que deverá chegar ou a Lucas do Rio Verde ou a Sorriso, nas imediações da BR-163, inclusive alguns a chamam – não tenho muita clareza sobre essa questão, que está sendo discutida, o projeto está elaborado – de Setentrional. Precisamos, aí, discutir o transporte multimodal, com a inclusão das hidrovias.

Há uma outra questão, sobre a qual venho me pronunciando, que diz respeito aos dutos. Acredito que já existe alguma mobilização, algum movimento nesse sentido. Senador João Durval, Senador Heráclito Fortes e Senador Valter Pereira, somos da mesma região, V. Ex^{as} sabem muito bem que sem dutos não teremos como escoar nossa produção, principalmente se o biocombustível realmente florescer por lá, como está prometendo. Tudo isso, repito, sem derrubar nenhuma árvore de forma ilegal e sem prejudicar a produção de grãos. Não há dúvida de que os meios de transportes rodoviário e ferroviário não darão conta de transportar nossos produtos, especialmente os do meu Mato Grosso, assim como a produção de Mato Grosso do Sul, sem os dutos.

O duto, eu diria, é algo em que deveríamos começar a pensar. Quando insisto na questão de que podemos ser grandes produtores de etanol, por exemplo, e biocombustível, de modo geral – biodiesel e outros –, quero dizer que isso não prejudicará a alimentação.

Nós temos a Barralcool, por exemplo, uma usina no Município de Barra do Bugres. Trata-se de uma indústria de biocombustível que produz açúcar, álcool, biodiesel e outros produtos. Com certeza, é possível produzir álcool, o que, de forma alguma, atrapalhará a produção de açúcar. A usina cresce dentro do determinado e do programado, a fim de não prejudicar a produção. Tanto que ninguém está vendo aumento no preço do açúcar ou levantando a questão.

Portanto, a Barralcool é um exemplo disso, como muitas outras poderão ser, inclusive fornecendo energia limpa, por meio do bagaço da cana. É juntando todas essas questões que precisamos promover o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Durval.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia passar ao largo de toda esta crise que hoje começa a dar sinais de uma extensão que pode prejudicar a vida institucional do País.

Desde a prisão do investidor e banqueiro Daniel Dantas, do ex-prefeito Celso Pitta e do megaespeculador Naji Nahas, o noticiário tem trazido constantes e surpreendentes revelações, que não podem deixar de ser analisadas por esta Casa.

Compulsando o jornal *Folha de S. Paulo*, numa das respeitáveis colunas que esse diário exhibe ao seu público, chamada “Painel”, da lavra da jornalista Renata Lo Prete, vi uma revelação, na manhã de hoje, que merece a maior e mais serena reflexão de todos aqueles que têm algum tipo de responsabilidade com a coisa pública. E é exatamente sobre essa matéria que eu gostaria de tecer alguns comentários. “Supremo vigiado” é o título.

Gilmar Mendes foi avisado por uma desembargadora do TRF – SP de que a PF monitorou seu gabinete na presidência do Supremo Tribunal Federal a pedido do juiz Fausto Martin de Sanctis – que mandou prender Daniel Dantas e, depois que Gilmar mandou soltar, mandou prender de novo. A partir do alerta, o ministro confirmou informação recebida pouco antes, segundo a qual a PF tem em mãos um vídeo, com imagens gravadas no Supremo, em que assessores da presidência conversam com advogados de Dantas.

No STF, a notícia da existência do vídeo foi recebida com indignação, mas também com algum sarcasmo. Funcionários do tribunal dizem que inexistente cena mais corriqueira ali do que a romaria de advogados em busca de **habeas corpus** para seus clientes.

Sr. Presidente, se o Presidente da Corte Suprema deste País está sujeito à bisbilhotagem – e, neste caso específico, determinada até por um juízo singelo, um juízo de primeiro grau –, imagine só a que grau de exposição estão os cidadãos mais simples deste País! A que grau de insegurança está vivendo o cidadão que tem negócios, que tem família, o cidadão que vive um

cotidiano, mas que tem uma proteção constitucional, que é o sigilo de suas conversas, o sigilo de sua vida e, de repente, nenhuma dessas garantias pode ser efetivamente assegurada!

É bem verdade que a lei confere ao magistrado a competência para quebrar sigilo telefônico e fiscal, mas é uma medida que exige um certo comedimento e que tem que observar, rigorosamente, o objetivo específico que leva o magistrado a decretá-la, na apuração de uma infração grave, na apuração de um crime, existindo indícios de que determinado indivíduo tenha envolvimento com ele, existindo evidências claras, evidências fortes, aliás.

É claro que o juiz não deve vacilar e deve efetivamente investigar porque, acima de tudo, quando se quebra a paz social com a prática de um crime, é preciso que se conheçam os autores e que se desvendem todas as suas nuances. Portanto, no momento em que o legislador atribuiu ao magistrado o direito de quebra do sigilo bancário deste ou daquele indivíduo, está também atuando em defesa da sociedade.

Mas aqui vai uma indagação: o Ministro Gilmar Mendes estava sendo investigado por algum magistrado sobre algum tipo de crime? Havia evidências contra esse magistrado pela prática de alguma infração grave? Cabe indagar também, Sr. Presidente: um juiz singelo, ou seja, um juiz de primeiro grau tem competência jurisdicional para investigar e para processar um Ministro do Supremo Tribunal Federal? Será que a estrutura jurisdicional do nosso País só vale para os homens comuns? Pelo que aprendi na faculdade de Direito, Sr. Presidente, existe não apenas uma hierarquia no ordenamento jurídico do nosso País, mas também uma hierarquia na estrutura orgânica dos órgãos judicantes.

Ora, o Congresso Nacional dotou o nosso País de um órgão chamado Conselho Nacional de Justiça, cuja função precípua é exatamente apurar todas as irregularidades que eventualmente venham a afetar a conduta do magistrado, ou os defeitos de todos os órgãos judicantes do Brasil.

Na minha avaliação, o juiz singelo, o Juiz Fausto Martin de Sanctis, como magistrado e cidadão, tem todo o direito de suspeitar de desembargadores, de ministros e até de colegas seus do mesmo grau. Todavia, como magistrado que é, portanto dotado de formação jurídica, cumpria-lhe buscar os caminhos legais, e o caminho legal seria representar ou pedir, mesmo em caráter reservado, uma investigação no órgão próprio. Se ele tivesse alguma suspeita contra o Presidente do Supremo Tribunal Federal, teria de acionar o Conselho Nacional de Justiça. Esse órgão, sim, tem competência legal, jurisdição, para investigar ministros de todos os

tribunais. É o chamado controle externo, que foi criado pelo Congresso Nacional por meio de lei.

Então, aquilo a que estamos assistindo hoje... Não quero aqui discutir o mérito do Juiz Fausto Martin quanto às investigações que ele está promovendo e que merecem os aplausos de toda a sociedade brasileira. Acho que investigar a corrupção, apurar os crimes financeiros que ocorrem neste País é mais do que um direito, é um dever da magistratura, é um dever de todos os magistrados deste País, é um dever do Ministério Público e é uma atribuição constitucional das organizações policiais. Não questiono o mérito. Acho que, se o ex-prefeito Celso Pitta, o megaespeculador Naji Nahas, o banqueiro Daniel Dantas aprontaram as suas, dilapidaram o patrimônio público ou cometeram crimes financeiros de qualquer ordem, mesmo contra acionistas, isso precisa, efetivamente, ser investigado, e os responsáveis têm de ser punidos. Mas o que me preocupa e que me traz a esta tribuna é essa subversão da ordem legal que está ocorrendo em nosso País, principalmente quando enxergo que muitas das ações que ocorrem, tanto pelas organizações policiais como por certos representantes do Ministério Público, por certos representantes do Poder Judiciário, são pela busca do holofote. E isso vale, inclusive, para a nossa Casa, para o próprio Poder Legislativo. A quantas CPIs assistimos em que a investigação, que deveria orientar os trabalhos de seus componentes, cedia lugar para a busca fácil do holofote?

Só que, quando se busca o holofote, comete-se a injustiça. Em alguns casos, não. Em muitos casos, sim, comete-se a injustiça.

Agora mesmo, a CPI que estava apurando o sistema carcerário, constituída pela Câmara dos Deputados, cometeu grandes injustiças. Seus componentes deslocaram-se para Campo Grande, fizeram uma avaliação superficial, uma investigação superficial e, de repente, para os holofotes anunciaram que iam pedir o indiciamento de magistrados, de membros do Ministério Público, de componentes da Defensoria Pública, por infrações que, efetivamente, não foram apuradas, estudadas, até porque, quando se vai fazer a apuração de uma infração, é indispensável a produção de provas. E, quando se fala em produção de provas, necessariamente, tem-se de ter a prova material e também a prova testemunhal.

Então, essa CPI vai a Campo Grande, não ouve um magistrado, não ouve um promotor, não ouve as pessoas que, de repente, apareceram no relatório como passíveis de serem indiciadas.

Obviamente, quando se trata de operadores do Direito, imediatamente se busca a solução jurídica. O que fizeram os magistrados? Buscaram a proteção do

Supremo Tribunal Federal e conseguiram, por meio de um *habeas corpus*, livrar-se de indiciamento injusto. Injusto por quê? Porque não houve nenhuma apuração. E, se não houve nenhuma apuração, é necessário que se inutilize esse tipo de investigação.

Então, veja, Sr. Presidente, o que estou procurando mostrar é que essa busca do holofote tem trazido para as instituições do nosso País um risco muito grande, um risco que tem comprometido conquistas sociais, as quais têm garantido segurança para o cidadão e segurança jurídica. Não me estou referindo aqui à segurança pública, que hoje está em situação calamitosa. Mas a segurança jurídica é fundamental.

A lei existe para proteger todos os cidadãos, e não para proteger alguns, e os rigores da lei têm que ser aplicados a todos. Mas há que se observar uma grande conquista constitucional, que são os direitos inscritos no art. 5º da Constituição Federal, sobretudo o chamado devido processo legal, o contraditório. O que é o contraditório, Sr. Presidente? É aquela prática de se ouvir uma parte e ouvir a outra. É fundamental, é essencial, para que se faça justiça e não se cometam, em nome da lei, verdadeiras arbitrariedades.

Entendo que, nesse episódio específico, houve uma certa imprudência por parte do Ministro Gilmar Mendes. A primeira declaração que S. Exª fez, questionando o método truculento da Polícia Federal, não deveria ter ocorrido, porque o magistrado que, a qualquer momento, pode ser instado a decidir sobre determinadas questões deve se reservar ao silêncio. No entanto, Sr. Presidente, quando leio essa notícia de que já havia, antes de todo esse episódio, uma informação que chegara ao Supremo Tribunal Federal acerca de bisbilhotagem ao Presidente da Corte Suprema deste País; quando percebo que, nos bastidores do Poder Judiciário...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Concedo a V. Exª mais cinco minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

Quando percebo que, nos bastidores do Poder Judiciário, existe também uma política em que não falta intriga, em que não falta astúcia e em que não falta competição, é claro que começo a entender, de certa forma, a reação antecipada, precoce, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

Honra-me, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, fico satisfeito que o senhor traga o assunto aqui num nível elevado, tentando, inclusive, salvo quando é

realmente preciso, fulanizar o assunto. O senhor está analisando o assunto na essência. De fato, precisamos nos debruçar sobre isto. Primeiro, há o lado caótico – digamos assim – do processo judiciário no Brasil, em que uma decisão do Presidente do Supremo no outro dia é contestada, embora com argumentos diferentes. Não foi o mesmo processo exatamente. Mesmo assim, é algo que surpreende a opinião pública, esse conflito interno na hierarquia do Poder Judiciário. Temos que enfrentar isso. Segundo, é a desigualdade como o Sistema Judiciário é aplicado no Brasil, Sr. Presidente da Mesa, João Durval, porque ninguém levantou dúvidas sobre algemar pobre, quando são pegos roubando um pão. E levantam-se dúvidas sobre algemar ricos. Eu não sou favorável a algemas quando não são necessárias. De fato, não são necessárias: a pessoa não está armada, não tem dois metros de altura, não tem a índole de enfrentar os policiais – não preciso algemar. Mas, aí, vamos fazer com todos. Aí, não vamos escolher a quem se algema e a quem não se algema. Não vamos nem mesmo escolher quando é que a gente descobre a algema, porque nunca se descobriu. E isto é geral no Brasil em todo. Ninguém, até hoje, põe na televisão o fato de que, nas paradas de ônibus, nas cidades deste País, todos os dias, 30 milhões sofrem o atraso dos ônibus.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mas V. Exª há de convir, Senador Cristovam Buarque, – e V. Exª me honra muito com o aparte que faz – que a Polícia Federal foi que chamou a imprensa, a televisão, para filmar aquelas cenas às 6 horas da manhã. Mas a Polícia Federal não tem chamado a televisão para filmar as algemas que ela coloca nas mãos dos pobres.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Vou colocar isso no terceiro ponto, que é o da espetacularização. Vou chegar lá. O primeiro ponto é a maneira como funciona o Poder Judiciário no Brasil, e isso está gerando suspeições grandes. Esse é o problema sério, começa a gerar suspeições. Eu, por exemplo, ouvi uma pessoa dizendo que é francamente favorável, como quase todos nós, a que uma pessoa com a ficha suja não possa se candidatar. Mas a pessoa perguntava: “E quem vai analisar a ficha do juiz?” Supõe-se, como um dogma, que todos os juizes têm a ficha limpa. Até acho que a grande maioria tem, como também a maioria dos políticos tem. Então, essa suspeição é que é um desserviço à República. O segundo é o fato do tratamento desigual do ponto de vista das regras. O terceiro é o espetacular. Mas aí a dizer “não pode aparecer na televisão com algemas”... Não é isso que se está discutindo. Está-se discutindo se põem ou não algemas; depois se discute se avisa ou não à televisão. Aí, sim, a Polícia cometeu um erro. Não têm de fazer

trabalho policial sob os holofotes da televisão. Com isso estou de acordo. Isso é um equívoco, para os ricos e para os pobres. Então a espetacularização, como ficou chamado, é um equívoco que a polícia cometeu e cujo responsável deve ser apurado.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente, vou encerrar, para não gastar muito tempo, embora eu espere que hoje a gente tenha mais tempo. Então, o problema da...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mas a discussão está salutar!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O problema da espetacularização é algo cujo responsável tem de ser apurado. Isso não é possível tolerar, mas é uma questão técnica. Tem de apurar e punir quem faz isso de avisar à televisão o momento em que vai prender uma pessoa, qualquer que seja. Agora, os outros dois: é preciso que a gente trabalhe como se a Justiça fosse cega, para todos. Vamos, portanto, dar tratamento igual a todos, ao que rouba um pão e ao que rouba um milhão. A gente não está vendo essa preocupação com as algemas nos braços finos dos pobres, esfomeados, que roubam de vez em quando um pão. E a outra, que é a mais grave e difícil, é como resolver o que hoje parece um caos, o Sistema Judiciário, e o levantamento de suspeições nas relações entre juízes e policiais, por exemplo, e juízes e réus. Esse é um problema sobre o qual a gente devia se debruçar aqui com muito cuidado, com muito rigor, porque esta é a Casa realmente do povo, onde decisões devem ser tomadas, e a responsabilidade é nossa, de fazer com que as coisas funcionem igualmente para todos e igualmente bem, eficientemente para todos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Um aparte, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Foi um honra muito grande incorporar a sua intervenção neste pronunciamento, com a sua voz sempre abalizada e sempre muito oportuna.

Honra-me, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a trouxe a este Plenário hoje uma discussão muito oportuna. Nós temos hoje, no Brasil, duas algemas: a algaema explícita, aquela colocada nos braços do cidadão; e aquela subjetiva, que é a algaema pela escuta telefônica. Mas vamos primeiro para a tradicional algaema. Nós não podemos comparar a algaema praticada no morro, numa operação improvisada, com pessoas despreparadas muitas vezes, com salários ridículos, à algaema colocada por advogados,

por pessoas com curso superior e que tiveram oportunidade de, em 30, 60, 90 dias, estudar um processo que resultou naquele ato. É bom que fique bem clara essa coisa, Senador Valter Pereira, porque, daqui a pouco, pode transparecer para a Nação que há no Senado quem defenda a algaema do pobre e a algaema do rico. Ela é igual para todos. E acho que, em circunstâncias iguais, ela tem de ser colocada em quem quer que seja. A questão não é essa; a questão é a circunstância. Não vamos confundir as coisas: uma algaema colocada numa *blitz*, uma algaema colocada até por medo do policial de que o cidadão que está sob busca ou sob caça esteja armado ou possa fazer uma reação, é bem diferente desse caso.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E eu falei isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Para ficar bem claro e transparente. O segundo ponto que me deixa estarrecido nessa questão é a banalização da escuta telefônica. Acho que ela é um instrumento eficaz para que se desvendem episódios, já que, somente por meio dessa escuta, se chegaria a uma conclusão. Mas a banalização da escuta telefônica no Brasil está se avolumando cada dia mais. Existe um terror, hoje, das pessoas em falar por telefone sobre qualquer assunto. Há um tal de sistema guardião. V. Ex^a foi Governador do Distrito Federal. Não sei se, naquela época, já existia esse sistema guardião e se o Governo, na sua época, comprou tal sistema, que grampeia simultaneamente 300 telefones. Só que esse sistema, às vezes, é entregue ao profissional preparado e, às vezes, ao esperto, aos que querem, na função que exercem, fazer trampolim para a vida pública e começam a bisbilhotar a vida alheia, muitas vezes sem autorização judicial. Vamos aqui a um fato concreto. V. Ex^a pode colaborar porque o conhece bem – eu não conheço –, militou com ele e deve ter batido palmas. Refiro-me ao caso do ex-Deputado Greenhalgh, que foi o mais notório advogado de presos políticos no Brasil; foi sempre o advogado das causas difíceis na militância do PT. Estava acabando de ler aqui uma matéria relatando que ele teve uma conversa gravada pela Polícia Federal. Nessa conversa, ele tratava, nada mais nada menos, com o Chefe de Gabinete do Presidente da República, Sr. Gilberto Carvalho. Algum dos dois estava sendo investigado? Que crime um cometeu? Que crime o outro cometeu? Sob que suspeita estavam um e outro para haver esse diálogo? É um fato gravíssimo, a não ser que as autoridades de investigação ainda tenham suspeitas sobre as acusações que fizeram ao Sr. Gilberto Carvalho naquele episódio de Celso Daniel e que isso esteja correndo em segredo de Justiça. Fora isso, vem inclusive mostrar que nem

sequer o local de trabalho do Presidente da República, como V. Ex^a citou com relação ao Tribunal, está isento de grampos. O que é isso? Esses fatos precisam de esclarecimento, Senador Cristovam. Ou será que os funcionários do Palácio do Planalto estão sempre sob suspeita, tendo em vista os escândalos que jorram de lá? É preciso explicação. Gravação por ordem da Justiça sim; como aconteceu, não. E aí há um fato mais grave. A imprensa vem noticiando essa gravação envolvendo o chefe de gabinete do Presidente da República e um ex-Deputado e militante do Partido há dois ou três dias e não há uma palavra da Abin, do Ministro da Justiça e nem do General Félix. Para onde é que nós vamos? É a interrogação que faço. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito bem. V. Ex^a engrandece nosso pronunciamento com a sensatez e o descortino de sempre.

Sr. Presidente, veja o seguinte: quando nós condenamos aqui essa bisbilhotagem da vida alheia, não estamos querendo inibir nenhuma ação das organizações policiais ou do Poder Judiciário, do Ministério Público, porque nós sabemos que aí existe efetivamente um instrumento que pode esclarecer crimes que a sociedade reclama sejam apurados. Só que se devem observar rigorosamente os limites da lei. A partir do momento em que se rompem os limites da lei, há um desequilíbrio institucional. Isso é ruim para a democracia, é ruim para o regime de liberdade.

O risco que se corre quando há esse abusos, principalmente quando se aplaudem os abusos, é que isso se torne uma nova instituição aceita pela sociedade, e muitos daqueles que hoje estão aplaudindo não se dão conta de que amanhã estarão na alça de mira. Hoje a bisbilhotagem é tamanha que até a imprensa está sujeita a ela.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu vejo, às vezes, noticiário da imprensa condenando severamente aqueles que ocupam a tribuna para tecer críticas a esses procedimentos exóticos que são praticados pelas organizações policiais, pelo Ministério Público ou por outras entidades. Mas é preciso atentar – aqueles que estão criticando – pois, do jeito que as coisas estão andando, daqui a pouco até a liberdade de imprensa vai ficar comprometida, porque, antes da publicação da notícia, haverá uma quebra de sigilo, uma bisbilhotagem muitas vezes ilegal, a pôr em risco a eficácia do próprio noticiário.

De sorte que, para a saúde da democracia,...

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Vou conceder a V. Ex^a mais um minuto, para que V. Ex^a conclua o seu discurso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – De sorte, Sr. Presidente, que, para a saúde da democracia, é preciso que haja o respeito à lei.

Esse conflito que está havendo hoje denota, com muita clareza, que as instituições democráticas do nosso País estão sofrendo de uma patologia que pode comprometer a saúde da democracia. E é isso que cabe a esta Casa cobrar e defender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a tem vinte minutos para proferir o seu discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Cristovam Buarque, eu quero falar sobre um assunto que foi recorrente em nossa geração: Vietnã. Digo isso porque os jornais mostram hoje a visita que o Presidente Lula empreendeu àquele País, visita altamente oportuna.

Eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tive oportunidade de visitar aquele país, três meses atrás, na companhia de colegas. Pudemos ver a recuperação, Senador Valter Pereira, que se processa em seu território unificado.

Saigon já não é mais Saigon: é Ho Chi Minh.

Saigon motivou a curiosidade do mundo inteiro, foi inspiração, inclusive, de músicas, várias músicas por sinal.

O Vietnã hoje passa por um *boom* de progresso fantástico. Talvez seja, dos países da Ásia, o que vem tendo um crescimento seguro – exclua-se a China, pois a China é um caso especial – e firme.

Estivemos apenas em Hanói, onde nos impressionou o otimismo do povo com relação ao futuro. Mas o que mais me impressionou, Sr. Presidente, é que eles não têm nenhuma amargura, nenhum rancor com relação ao passado recente.

Com a tarimba que a vida nos dá, eu, algumas vezes, provoquei-os com relação aos americanos, que eles chamam sempre de ianques, porque me chamava a atenção a quantidade de americanos que iam ao Vietnã como turistas no período em que eu estive lá – iam para lá com os mais diversos objetivos: uns para investir; outros, para encontrar locais onde parentes seus participaram de lutas, alguns, inclusive, com parentes mortos naquele território, naquele país; e, outros, para desfrutar da beleza do delta do rio Mekong.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, que é um homem viajado, já deve ter ido a Hanói; conhece Hanói. É uma cidade muito interessante: as motocicletas, em quantidade imensa, parecem um enxame de abelhas; quando o semáforo troca a luz vermelha pela verde,

você vê aquelas motos quase que atropelando os automóveis, mas nada acontece, não acontecem acidentes, no final tudo dá certo. Eles tiveram um cuidado: moto é instrumento de locomoção e de serviço, e só permitem a entrada no país das que possuem até 120 cilindradas. Não se vê aquelas grandes motos, aqueles grandes motoqueiros.

Dentre os modelos de comunismo que conheço, achei o do Vietnã o mais justo, o mais lógico; poderia, inclusive, Senador Cristovam, servir de inspiração aos que proclamam e aos que defendem o mesmo sistema. Contudo, também deveria servir de exemplo o comportamento de Ho Chi Minh, porque acontece algo muito interessante: copia-se o que interessa.

Senador Cristovam, o que mais me impressionou – não sei se V. Ex^a teve a mesma impressão – foi a figura fantástica de Ho Chi Minh, como homem, como pessoa, como exemplo. Levava uma vida espartana.

Quando eles tomaram o país da França, havia – e ainda hoje existe – um palácio francês que era residência dos governantes. Ho Chi Minh o abandonou e foi morar a uns cinquenta ou cem metros – corrija-me se eu estiver errado, Senador Cristovam –, num parque, numa casa de dois quartos com uma pequena biblioteca... Aliás, quero inverter: talvez o maior espaço da casa seja exatamente o da biblioteca. Havia lá três ou quatro cadeiras. Abandonando o palácio, foi morar lá. Depois, por questão de saúde, foi aconselhado a sair da casa. Construiu, trinta ou quarenta metros à frente, uma casa que lembra, e muito, as palafitas da Amazônia, também de uma modéstia terrível.

Ensinou aos vietnamitas a criação de peixe, porque julgava ser a única maneira de sobrevivência em período de guerra. E essa tese se mostrou correta, pois, quando da guerra com os Estados Unidos, houve desabastecimento, e eles sobreviviam basicamente das tilápias, criadas em grande quantidade em fundos de quintal, em lagos naturais ou artificiais. Fez daquele ensinamento uma bandeira e motivou que aquilo fosse feito em quantidade, maciçamente. E funcionou!

Passando por uma das dependências da casa, nós vemos uma garagem, onde se guarda dois carros modestos que foram usados por ele, sem nenhuma ostentação. Acho que os dois carros de origem russa, como mandavam a coerência e a lógica; carros sem nenhum aparato, sem nada. No entanto, ao percorrer Hanói, que foi a única cidade que conheci, pode-se ver a grandiosa marca do Sr. Ho Chi Minh na educação, na saúde. Ho Chi Minh é um grande exemplo.

Quero dizer aqui que ficarei muito feliz se o Presidente Lula, que inclusive tirou fotografias ao lado do atual Presidente Nguyen Minh Triet – desculpe-me pela pronúncia, Sr^a Taquigrafa! –, pedindo inclusive à Ministra

Dilma que fizesse a mesma coisa, seguisse todos os exemplos que viu lá, principalmente o da austeridade administrativa, o do combate à corrupção. O Sr. Ho Chi Minh foi implacável com a corrupção enquanto esteve à frente do Vietnã. Esse é um exemplo que precisa ser seguido. O outro é a própria austeridade com o uso do dinheiro público. Lá, não há história de ninguém andar de Land Rover de origem desconhecida. Lá, na era Ho Chi Minh, não havia caixa dois.

Portanto, eu acho que esse reencontro saudosista do Presidente Lula... Quanto a se dizer que tinha adoração pelo Vietnã, eu não conheço, sinceramente, Senador Cristovam, ninguém da minha geração que não tivesse verdadeira adoração e, acima de tudo, curiosidade. E eu carreguei comigo a curiosidade esses anos todos e só a matei três meses atrás. V. Ex^a foi mais feliz do que; foi antes. Mas todos nós tínhamos curiosidade, porque ouvimos durante anos e anos aquela música sobre um americano contrariado que teve que se submeter às ordens do país e ir para uma guerra na qual ele não acreditava e que tinha seu fim marcado por uma horrível rajada de metralhadora. Aquilo marcou os tímpanos da nossa geração de maneira irreversível, irreversível, eu tenho certeza.

De forma que eu compreendo a emoção do Presidente Lula, a emoção da Ministra Dilma, mas acho que essa viagem devia trazer também lições, e é o que eu espero ver nos próximos dias.

Senador Cristovam, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Heráclito, é raro termos temas como esse aqui, pelo que fico muito feliz, tanto pelo lado saudosista, de como a nossa geração acompanhou a guerra do Vietnã, como das lições que podemos tirar de lá. Chegamos a um ponto, pelo começo dos anos 70, que conhecíamos mais a geografia do Vietnã do que a do Brasil, porque a do Brasil estudávamos nos livros; a do Vietnã, nos jornais. Diariamente, sabíamos o que acontecia em cada cidade, que rio era bombardeado ou não era bombardeado. Isso deixou a sua marca. Não nego que uma das minhas viagens mais emocionantes foi ir ao Vietnã no ano 2000, uma viagem absolutamente privada. Eu cheguei ali, não tinha nenhum cargo público, mas tive a ajuda de um grande Embaixador, chamado Christiano Whitaker, que me deu uma verdadeira aula. Agora, o que mais me surpreendeu, do ponto de vista físico, foi que, antes das motos, eram bicicletas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim; as bicicletas.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O que me impressionava era o silêncio das milhares de bicicletas que passavam ao nosso lado na hora em que

o sinal de trânsito abria. Era uma experiência quase mística. A outra, era a capacidade desse país de quebrar os preconceitos e conviver, aproveitando o que há de bom no capitalismo, sem abrir mão da austeridade que caracteriza o socialismo. Do ponto de vista da falta de preconceito, para mim, o maior foi uma conversa minha com o Embaixador americano no Vietnã. O Embaixador, indicado pelo Presidente Clinton, foi um soldado americano e havia sido preso no Vietnã durante anos. Voltou para os Estados Unidos depois da guerra, elegeu-se Deputado, foi nomeado Embaixador e estava lá. Em sua mesa, havia um tijolo. Eu perguntei-lhe por que havia um tijolo ali. Ele disse: “Os vietnamitas me deram esse tijolo de presente por que fazia parte da parede que me prendia”. Derrubaram a cadeia para fazer prédios e deram para ele um tijolo. Isso é o símbolo da convivência com o ex-inimigo. É uma convivência excelente com a eficiência que as regras capitalistas permitem, ao mesmo tempo tentando procurar manter uma justiça social, sobretudo por meio da educação. É uma viagem que merece ser feita outras vezes – e espero fazê-la. Finalmente, acho que V. Ex^a trouxe um assunto muito importante: o nosso Presidente trazer a lição de lá, para algumas coisas que a gente deveria fazer aqui. E uma delas é a idéia da austeridade do setor público. A austeridade dá credibilidade. Nada tira mais credibilidade que a ostentação. As pessoas podem até achar bonita a ostentação, como no carnaval, onde a ostentação é o objetivo. Mas é passageira, é uma obra de arte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O carnaval tem a quarta-feira de cinzas.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E tem a quarta-feira de cinzas. Todo mundo já sabe que vai ter. Então, a ostentação é o que mais tira a credibilidade na vida pública de um governo. Creio que quanto menos luxo mais credibilidade. Quanto mais austeridade, mais credibilidade. E o Vietnã é uma boa lição. Acho que a gente deveria distribuir, ao máximo, em todo poder público brasileiro, começando pelo Executivo, as lições da austeridade que a gente vê no Vietnã, bem como em países radicalmente capitalista, como Cingapura, que hoje é o país mais rico da região. Lá, nenhum – nenhum – servidor pode usar carro público, salvo em serviço, para ir de um lugar para outro. O Presidente da República sai da casa dele, Senador João Durval, para o trabalho no carro dele. Somente quando chega lá é que usa o carro oficial. Até é um exagero de austeridade, porque termina atrapalhando o bom funcionamento devido ao trânsito etc. Essa austeridade não é uma característica somente de países socialistas; há países capitalistas austeros. Nem

é uma característica de república; há monarquias austeras, como a da Suécia, por exemplo. O Brasil precisa aprender muito em matéria de austeridade. E V. Ex^a trouxe, oportunamente, este assunto que é a visita do Presidente ao Vietnã.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Acho sim um grande exemplo.

Tive oportunidade de visitar alguns países comunistas, socialistas. Sou pouco apologista da perfeição da definição ideológica. Acho que há uma confusão e uma linha tênue que às vezes funde, às vezes confunde. Tenho uma grande admiração pela China, que conheci lá atrás, mas os seus dirigentes sempre tiveram a vida faustosa. A União Soviética, a mesma coisa. E por aí fora. O Vietnã, não. No Vietnã há esse exemplo que achei marcante: o Palácio ao lado, aberto apenas para exposição, para quem quiser visitar, e o Presidente vivendo ali, dando esse exemplo.

Mas, Senador Cristovam Buarque, como estamos aqui contando com a generosidade do Senador João Durval e dentro desse clima de nostalgia que V. Ex^a citou, gostaria de narrar dois fatos muito interessantes dessa minha viagem. Primeiro, estávamos conversando, e o tema Embraer não pode sair da pauta de quem viaja, sendo Parlamentar, em qualquer lugar do mundo. Eles são encantados com o que a Embraer produz: os aviões Tucano, Legacy e 190. E o assunto, Senador João Durval, era exatamente a possibilidade de o Vietnã vir a adquirir alguns aviões, inclusive Legacy, para transporte de autoridades.

Pois bem; estávamos naquela discussão, em um jantar oferecido a toda a delegação pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia vietnamita – e, diga-se de passagem, V. Ex^a foi convidado para essa viagem que fizemos a cinco países e não foi porque tinha outros compromissos. Em determinado momento, começa-se a descrever as vantagens do Legacy, e um dos participantes, um Deputado que havia sido combatente na guerra do Vietnã, vira-se para mim e para o presidente da Assembléia e diz: “Esse é que é o avião ideal. Você imagina que esse Legacy brasileiro derrubou um Boeing dos ianques”. Referia-se àquele triste episódio do acidente envolvendo um Legacy que ia para os Estados Unidos e o avião da Gol, querendo mostrar que era um avião forte. Foi a única manifestação que ouvi, por assim dizer, de vingança ou de rancor, seja lá o que for, interprete como quiser. Mas foi a única lembrança de um embate simbolizado nesse azar que nós tivemos nesses dois acidentes.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Segurança me contou um episódio muito no sentido do que V. Ex^a relatou. Ele, durante a guerra,

era um bravo militar. Coube a ele a prisão do então militar americano McCain. A história do McCain foi mais ou menos a seguinte, Senador Cristovam – não sei se vou ser perfeito: o avião em que ele vinha, não sei se pilotando ou como passageiro, caiu, o McCain foi preso e ficou na prisão por um ou dois anos. Houve pressão internacional, e resolveram soltar o McCain. Isso quem me contou foi o agente da prisão. Então, o McCain, perante a Corte, disse que, em hipótese nenhuma, deixaria o Vietnã.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA)

– Vou conceder a V. Ex^a mais cinco minutos para que conclua o seu oportuno discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Considero um latifúndio esse tempo. Muito obrigado.

Então, o McCain negou-se a deixar o Vietnã se não fosse solto juntamente com os outros companheiros presos no quartel. E vai ver que é esse mesmo a que V. Ex^a se referiu, porque é um símbolo realmente lá. E ele me disse: “Não sei quem vai ganhar a eleição dos Estados Unidos. Nós não nos metemos com isso. A única opinião nossa é que esse cidadão é um homem de bem por essas circunstâncias”.

Eu ouvi aquilo, todos ouvimos e guardamos. Quando eu fui aos Estados Unidos, agora, há pouco tempo, para acompanhar as eleições primárias, tivemos contato com todos os coordenadores de campanha e tivemos contato com dois candidatos à presidência, menos com o McCain porque ele não estava mais disputando as prévias. E, quando o coordenador de campanha começou a falar sobre o McCain no Vietnã, eu disse: “Agora, o senhor pare, porque eu vou contar a história”. E, realmente, ele confirmou. Em seguida, já saiu um livro publicado sobre o McCain em que ele conta isso.

Agora, é bem diferente você ouvir o McCain e os seus aliados contarem esses fatos e ouvir quem prendeu, com a grandeza de quem participou da operação. Esse foi um fato que me marcou muito: a grandeza dele, sem nenhum rancor, contando essa história. Depois, McCain já esteve no Vietnã, em uma visita em que foi recebido por todos.

Realmente, Senador Cristovam Buarque, eu acho que é a primeira anistia – sentimental, no caso – em que não há papel, em que não há documento, não há nada. Eles apenas chegaram à conclusão de que não construiriam um futuro atrelados às dores do passado. Eles só têm um episódio que marcou muito e de que não abrem mão: é lá a colônia onde ficam os que fo-

ram vitimados pela guerra química, pelo napalm. Essa é uma região em que eles, inclusive, se negam a levar visitantes. É uma dor que eles carregam, uma revolta até, mas é uma coisa contida, localizada. Acho, inclusive, que, para eles, aquilo é um marco.

Fiquei triste por não ter conseguido ir – não sei se o Senador Cristovam teve a oportunidade –, por exemplo, ao Delta do Rio Mekong. Não consegui ir a Ho Chi Minh, antiga Saigon, mas ainda espero, quem sabe na companhia de V. Ex^a, do nosso Presidente, ter oportunidade de ver, principalmente pelo desenvolvimento que o Vietnã vem alcançando, com empresas do mundo inteiro abrindo negócios ali, com oportunidade e, acima de tudo, com segurança jurídica, marcos regulatórios e tudo o mais.

Faço esse registro – e lhe confesso, Senador Cristovam, que é na melhor das intenções – na certeza de que a comitiva presidencial mostrará aos que não foram como é que se pode construir um país sem ostentação, sem malversação do dinheiro público. Os exemplos dados, baseados, inspirados no exemplo de Ho Chi Minh, ainda estão lá. Espero que a industrialização não desvirtue, que a industrialização não contamine aquele povo. Tenho certeza de que, se isso acontecer, aquele país será por muitos anos um exemplo de resistência, de bravura, de empenho na defesa do seu território, do seu patrimônio, mas, acima de tudo, da sua capacidade de recuperação.

É fantástico, e tenho certeza, Senador Cristovam, que o Presidente Lula fez uma viagem pedagógica. Espero que as lições tenham lhe marcado como marcou, para ele e para a nossa geração, tudo aquilo que nós vimos nas televisões e nos jornais durante o período da Guerra do Vietnã. Sem a tecnologia de hoje, sem a televisão em tempo real, parece até que a dor era mais profunda, porque as notícias custavam a chegar, e elas vinham sempre resumidas e impregnadas de dor.

Eu acho que a guerra do tempo real, por mais dura que seja, deixa-nos contaminados no tempo em que ocorre, bem diferente daquela. Nós ficávamos ao pé dos rádios, como aqueles famosos Transglobe da Philco, girando o **dial**, mudando de uma estação para outra, para ver quem sintonizava a BBC ou outra.

Lembro que aí foi o primeiro contato que eu tive com São Tomé e Príncipe. São Tomé tinha uma sede da BBC de Londres que retransmitia para países de língua portuguesa e de língua latina, ou melhor, de língua espanhola. Agora, quando estivemos em Cabo Verde, eu vi a quantidade imensa de torres, todas iluminadas, que ainda é dessa estrutura montada nesse período.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, que a viagem seja pedagógica e que os aloprados saibam que, com Ho Chi Minh, não havia moleza com relação à corrupção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para proferir o seu discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Durval, dificilmente ocuparei os vinte minutos. Concluirei muito antes – espero.

Vim aqui fazer um discurso sobre um assunto, mas vou ter de mudar. Vim aqui fazer um discurso de avaliação desse semestre do Senado Federal, porque tenho a impressão de que raros semestres pudemos comemorar tanto quanto esse último, em primeiro lugar ao compará-lo com os anteriores, que foram muito conturbados, sofridos, e pouco eficientes quanto ao trabalho. Nesse semestre, com o Senador Garibaldi, com a atual Mesa – porque não se administra um Senado só com o Presidente –, demos um salto muito grande.

Não vou fazer, hoje, esse relatório e explicarei o porquê, mas vou dar alguns dados. Nós realizamos 51 sessões ordinárias, 43 não-deliberativas, três deliberativas extraordinárias e 18 especiais. São muitas sessões. Nós tivemos – acho que, talvez, nenhum Senador tenha feito esse trabalho – 536 matérias aprovadas. Aproveito para parabenizar a equipe técnica que, por trás da gente, faz com que esse trabalho aconteça nas Comissões e aqui na Mesa: todos os secretários, as secretárias e os funcionários.

Tenho aqui uma lista imensa das atividades que o Senado, Senador Heráclito, fez nesse semestre e também das Comissões. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de que participo, e a que presido, são as duas de que estou mais perto e são exemplos de relatório.

Lamentavelmente, dois fatos me chamam a atenção porque são mais imediatos, da mesma maneira que o Senador Heráclito pegou algo mais imediato.

Primeiro, é uma decisão judicial tomada ontem, e não tem nada a ver com essas que aparecem nos jornais. É a decisão de um juiz de que a pessoa vai carregar o **habeas corpus** no bolso, porque se um policial pedir para ela usar o bafômetro, ela tem direito a não usar o bafômetro – eu não entendo que Justiça é essa –, com o argumento de que ninguém pode acusar a si próprio. Com esse argumento, qualquer um pode pedir um **habeas corpus** para não passar pelo detector de

metais antes de entrar em um avião, porque ele está se pré-acusando de terrorista.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É a intenção do crime premeditado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É a intenção do crime premeditado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro! Se vou beber, eu tenho um **habeas corpus**; se tenho um **habeas corpus**, eu bebo e não me prendem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É, é isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Durma-se com isso!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É a impunidade legalizada por um juiz.

Isso é algo que a gente não pode tolerar, porque se há uma lei que caiu no gosto do povo, foi essa lei chamada “seca” e que eu chamo, na verdade, de “lei cheia de vida”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, desculpe-me interrompê-lo. Só falta se descobrir, amanhã, que por trás disso tem um *lobby* de fabricante de bebidas. Aí é o fim da picada!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas a pessoa que o pegou é presidente de uma associação de bares. Ele o pegou para dar o exemplo, e sugeriu a todos os clientes que façam o mesmo. Não vai demorar e vai haver juiz dando plantão em bar, em boteco.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Aliás, é preciso que esse juiz veja um fato interessante. O que essa lei, Senador João Durval, tem gerado de empregos V. Ex^a não imagina! Eu, ontem, fui ao Piantella e vi que aqueles freqüentadores que gostam de tomar o seu vinho, a sua bebida à noite – aliás, fui a dois restaurantes ontem –, hoje estão com motorista. Estão empregando gente. Tem mais esse benefício.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu vou dizer mais: é possível que diminua o número dos grandes bares, mas que surjam pequenos perto de casa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E, aí, sabe o que vai acontecer neste País graças a essa lei, sem ninguém buscar isso? Mais convivência das vizinhanças. Em vez de você beber com o amigo longe, você vai beber com os vizinhos perto, para poder ir andando para casa.

Essa lei caiu no gosto do povo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Faríamos um programa: o “trago solidário”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O “trago solidário”, é verdade, em vez do “trago solitário” dos poetas.

Pois bem, essa lei é uma daquelas que têm tudo para dar certo, porque ela tem as duas coisas de que uma lei precisa – eu tenho o orgulho de ter patrocinado uma dessas aqui, no Distrito Federal –, pois é a lei que cai no gosto do povo, mas que tem polícia para fiscalizar quem não quer se sintonizar com o gosto do povo.

Eu patrocinei uma dessas: a lei das faixas de pedestres no Distrito Federal. Essa lei das faixas de pedestres – quem vem de fora fica surpreso com como, no Brasil, os carros param para qualquer pessoa que quiser atravessar, na hora que chegar na calçada – não teria dado certo se fosse apenas uma lei sem o gosto do povo. O povo pegou gosto, mas não pegaria se a gente não tivesse multas, se a gente não tivesse uma campanha muito forte para barrar o que é contravenção, como, hoje, é contravenção beber e dirigir.

No Brasil, não é contravenção beber, nem estou aqui com moralismo algum de pedir às pessoas que parem de beber. O que eu estou querendo é que parem de dirigir e a lei está conseguindo isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu quero dar mais um pitaco no seu discurso. Quero-lhe dizer que, no meu modo de ver, a maior obra do seu Governo, em Brasília, foi o respeito ao sinal de trânsito, porque poupou vidas e mostrou ao Brasil que, havendo boa vontade e havendo método, você educa. V. Ex^a deixou o Governo há quantos anos?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quatro anos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quatro anos. Vá lá, eu nunca vi essa campanha ser realimentada, mas ainda hoje se respeita.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Se respeita.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De maneira religiosa. Eu observo muito, aqui nessa rua de acesso ao Senado, que, quando os funcionários que trabalham aqui e no Palácio do Planalto querem atravessar a rua, todos os motoristas obedecem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Todos, todos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não discuto as obras físicas, não. Eu sou favorável aos exemplos. Esse é um exemplo fantástico, que mostra ao Brasil que quando se quer é possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade. Eu o disse no final do meu Governo.

“Qual foi a sua maior realização?” Eu disse: “Eu mudei a cultura do povo, no que se refere ao trânsito”. E gerou, no primeiro momento, desemprego, porque a redução de acidentes – não da faixa de pedestres, mas de toda a campanha – fez com que houvesse tão poucos acidentes que as oficinas de lanternagem começaram a fechar. Nós tivemos de abrir uma linha de crédito para que mudassem de ramo e fossem fabricar carro de mão, enxada e outras coisas. Ninguém ficou desempregado, mas teve de mudar de ramo.

Os hospitais passaram a ter leitos vazios, e é isso que vai acontecer com essa chamada “lei seca”, a “lei cheia de vida”. Agora, não com a Justiça sem colaborar. Se houver um afrouxamento que seja no bafômetro, na fiscalização e na punição, a gente perde, porque o gosto do povo sozinho não vai adiante. Então, por isso eu não vou falar das realizações. Temos a próxima semana.

O outro fato, Senador – eu acho que nos toca aqui, diretamente –, está em todos os jornais. A Mesa do Senado, que eu respeito profundamente – são pessoas pelas quais eu tenho, inclusive, carinho e respeito –, tomou a decisão de aumentar o número de assessores para nós. Eles não tomaram essa decisão sem pensar muito, sem refletir, sem levar em conta que, para que o nosso trabalho funcione melhor, é necessário mais um assessor, mas eu acho que eles não levaram em conta duas coisas.

Primeiro, o fato de que, hoje, isso cai na opinião pública, desmoralizando o Senado. Ainda que seja necessário – eu acredito que seja –, vai contra a austeridade de que falava o Senador Heráclito Fortes há pouco. Vai contra a austeridade e isso gera um desgaste. O que a gente vinha fazendo para se recuperar – e eu vim aqui ler um relatório que foi feito no último minuto – traz uma mancha que, mesmo certa, parece errada na opinião pública. E, se parece errada na opinião pública, eu acho que a gente não deve fazer, porque não se trata dessas leis para salvar o País, que às vezes o povo pode não querer, mas os líderes têm obrigação de tomar. Não podemos governar pela popularidade. Nós temos de governar pela credibilidade.

E o segundo fato, oportunidade, é que nós estamos vivendo um período de inflação aparecendo, com sua boca imensa, diante de nós. Nós temos de exigir do Governo Federal reduzir gastos, porque os gastos públicos estão pressionando a inflação. Não adianta dizer que a inflação é apenas importada, porque não é verdade. Ela é importada do petróleo e do alimento, mas ela vem dos gastos públicos, ela vem de uma cultura inflacionária, ela vem, se a gente não cuidar

bem, da taxa de juros e ela vem, se a gente não cuidar bem, da taxa de câmbio. Mas o gasto público do Poder Executivo é uma das causas.

E que autoridade a gente terá de falar em reduzir gastos públicos se, neste momento, aumentarmos o gasto público, mesmo sendo necessário? Eu não estou pondo em xeque, eu não estou pondo em dúvida a correção técnica da decisão. Os membros da Mesa continuam merecendo a minha confiança, o meu respeito, e devem ter pensado muito, tanto que isso era para ser feito três meses atrás e não foi, por causa da pressão popular. Houve um recuo e se seguiu; agora, se aprovou.

Mantenho o respeito à Mesa, mantenho a credibilidade aos Senadores que ali estão, agora, eu creio que nós precisamos evitar fechar o semestre com essa medida, que quebra um pouquinho da credibilidade que a gente vinha recuperando. Como fazer isso?

Falei com o Presidente Garibaldi, agora de manhã, e ele disse, com a maior clareza, que ele próprio não é a favor dessa decisão, que ele próprio considera que ela não é positiva neste momento. Ele defende que a gente tente conversar com outras pessoas, com outros Senadores, com os membros da Mesa – e aí a minha proposta, não é dele – e traga o assunto para o Plenário. Vamos debater esse assunto em Plenário. Vamos debater, porque aí a gente convence a opinião pública de que isso é necessário. Ou, se a gente não convence a opinião pública, a gente percebe que isso não está na hora de ser feito. Não por ser errado, não por ser imoral, não por ser indecente – essas acusações não estou fazendo a ninguém –, mas por não ser oportuno, na medida em que não está merecendo a credibilidade na opinião pública, que a gente precisa para exercer o nosso trabalho.

Sr. Presidente, Senador João Durval, disse que não gastaria os vinte minutos, e não vou.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam Buarque, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz. Veja como repercute o que diz V. Ex^a. Rapidamente, chega-me à mão um *folder* bastante interessante. Vou lê-lo aqui, depois o entregarei:

Escolta Amiga

Agora você pode beber sem se preocupar com a **blitz!!!**

A **Kadoshi Delivery** disponibiliza profissionais oficializados para dirigir seu veículo até seu destino.

Ligue ou peça que o garçom solicite o serviço: 3201-6958.

Tabela de preços [veja como o brasileiro é imaginativo e rápido no gatilho]: Asa Sul e Norte – R\$

10,00; Sudoeste – R\$15,00; Lago Sul e Lago Norte – R\$ 20,00; Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante – R\$ 20,00; Satélites – R\$30,00.

Casas participantes: Beirute, Bräuhäus, Carpe Diem, Chiquita Bacana, Gate's Pub e Líbanus.

É o começo. Está aqui uma solução para os candidatos a pingüços nas noites de Brasília. Que o Brasil todo copie!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Podemos ter alegria sem colocar em risco a vida dos outros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O juiz faria melhor se estimulasse esse tipo inclusive de geração de emprego do que tentar desmoralizar uma lei que beneficia o cidadão, que não tem sequer o direito de se proteger nas ruas do Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço o senhor pela confirmação. Eu só temo, Senador Heráclito, que o motorista desta *van* entre também na Justiça e assumo o direito de não ser parado para usar o bafômetro, porque aí vai ser pior; vai ter acidente com muita gente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é *van*, não. É apenas o motorista. O motorista leva o seu carro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Espero que esse motorista não entre na Justiça para ter o direito de se negar a usar o bafômetro.

Sr. Presidente, concluí dentro do tempo.

Ainda virei aqui na próxima semana fazer um discurso – e gostaria de ver outros Senadores fazendo o mesmo – sobre o que foi este semestre. Foi um bom semestre para o Senado. Começamos a recuperar a credibilidade perdida, por uma série de fatos, que todos nós somos responsáveis.

Não vou fazê-lo ainda, porque surgiu este fato, a decisão de um juiz, que eu quis comentar aqui, para pedir que não deixem continuar essa proliferação de bafômetro tapado – é isso que vão fazer; vão tapar os bafômetros –, por meio de **habeas corpus** no bolso. Antigamente, Senador Heráclito, já que estamos numa sexta-feira, brincando, as pessoas precisavam de *habeas corpus* da esposa para ir ao bar. Agora vão precisar de **habeas corpus** do juiz para voltar do bar.

Portanto, ficam aqui meus apelos: em relação à não proliferação de **habeas corpus** e à discussão – respeitando a Mesa, respeitando todos os membros da Mesa; e não tenho nenhuma crítica a nenhum de-

les – sobre a oportunidade dessa medida da Mesa, diante dos gastos públicos, pelos quais brigo com o Poder Executivo pela sua redução. E o faço em nome da austeridade e também da credibilidade. Nada pode ser feito aqui, mesmo se necessário para nós, sem o apoio popular. Pelo visto, não está havendo esse apoio popular.

É isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me foi dado para a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA)

– Os Srs. Senadores Gerson Camata, Geovani Borges, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a experiência recente demonstra que, quando se trata do relacionamento com os países que nos são próximos, o Brasil deve manter sempre a carteira recheada, pronta para desembolsos, e evitar qualquer expectativa de que suas demonstrações de generosidade sejam capazes de angariar simpatias.

Agora mesmo a Argentina oficializou a suspensão de exportações de trigo para nosso País. Em troca, devemos anunciar em breve o envio de mil *megawatts* diários de energia entre maio e agosto para abastecer aquele país, às voltas com uma séria crise de energia.

Mas o trigo argentino é o menor de nossos problemas. Entre os que enfrentamos recentemente, sobressai a questão das pendências com o Paraguai, produto da eleição presidencial que conduziu Fernando Lugo ao poder naquele país.

O novo mandatário elegeu-se graças a uma série de promessas que criaram expectativas irreais entre a população. Ele prometeu energia barata e até mesmo gratuita para os pobres, a construção de 40 mil casas anualmente, a distribuição de 30 mil lotes de terra entre pequenos agricultores e a criação de empregos para 100 mil famílias. De onde viria o dinheiro para concretizar tudo isso? Dos recursos que o Paraguai receberia a mais pela energia da Usina de Itaipu, com a renegociação do tratado assinado com o Brasil.

Ou seja, antes mesmo de ser eleito, o candidato já dava como certa a aceitação, pelo Brasil, das condições que pretendia impor para transformar em realidade suas promessas de campanha. Em momento algum levou em conta o fato de que os dois países assinaram

em 1973 um tratado com validade de 50 anos. Muito menos as circunstâncias em que Itaipu foi construída: o Paraguai pagou R\$50 milhões, com financiamento generoso do Banco do Brasil, em uma obra que custou US\$12 bilhões. Ou seja, entrou mesmo foi com a sua metade da água do rio Paraná.

É indiscutível que o Brasil deve ajudar seus vizinhos mais pobres. Ninguém coloca em dúvida o princípio da solidariedade continental. Mas devemos exigir, no mínimo, respeito a tratados, e também agir com firmeza quando são adotadas políticas de enfrentamento.

No caso do Paraguai, não faltam interessados em jogar lenha na fogueira. Recentemente, o jornal *Valor Econômico* publicou uma entrevista com o diretor do principal jornal paraguaio, *ABC Color*, em que ele qualifica o Brasil de “potência imperialista”, diz que nosso País “não vai permitir nunca que o Paraguai se desenvolva”, e afirma também que as fronteiras do Brasil “são flexíveis”, vão “até onde um brasileiro puder chegar”.

É sempre uma tentação, para dirigentes de qualquer país, responsabilizar fatores externos por seus problemas, em vez de assumir o ônus de enfrentá-los. A linguagem retórica do diretor do jornal não foge à regra: ele joga nas costas do Brasil a culpa por todas as dificuldades enfrentadas pelo Paraguai, por todas as suas mazelas. Já ocorreu algo semelhante quando da nacionalização das refinarias da Petrobras na Bolívia, época em que também fomos chamados de “nação imperialista”, entre outros qualificativos pouco agradáveis.

Antes que nos tornemos, se é que já não somos, o saco de pancadas da América Latina, seria bom deixar claro que o Brasil é um País em desenvolvimento, não uma superpotência exploradora; que não tem nenhuma “dívida histórica” a saldar com seus vizinhos, e que está disposto a firmar parcerias, não a ser espoliado em nome de responsabilidades e culpas fictícias.

No caso de Itaipu, se o Brasil atender às reivindicações descabidas do novo Governo, quem vai pagar a conta – e uma conta bastante salgada – será o consumidor brasileiro, que já arca com tarifas de energia elétrica altíssimas, 60 por cento mais altas, para citar só um exemplo, que as dos Estados Unidos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

com muito entusiasmo quero saudar aqui a iniciativa do Ministério da Saúde no repasse de vinte e um veículos terrestres e fluviais destinados às ações do Programa de Controle da Malária na Amazônia Legal. Os veículos também serão usados nas ações de vigilância e saúde.

Os números revelam o por quê da necessidade desses investimentos. A Amazônia Legal - que conta com um total de 807 municípios - concentra 99,9% dos casos de malária registrados no Brasil.

Cerca de 60 municípios dessa região são os responsáveis pela notificação de 80% dos casos contabilizados no país !

Dados do Ministério da Saúde apontam que, de 2006 para 2007, os casos de malária **aumentaram** 5,7% na Amazônia - passando de 185 mil 747 para 196 mil 327 casos.

O estado também registrou o maior número de internações em decorrência da doença . Atualmente, cerca de 43 mil 280 agentes de saúde atuam na Amazônia Legal.

A doença é secular mas não podemos permitir que seja tratada com banalidade. Assim como as políticas para o combate da dengue e da febre amarela, todas as ações voltadas para o combate à malária são por demais importantes.

A malária constitui-se em problema antigo de saúde pública no mundo, e se na entrada do século XX encontrava-se disseminada por quase todo o território brasileiro, hoje sabemos que é doença controlada em grande parte do Brasil.

Permitam-me aqui uma breve incursão ao passado, para lembrar a criação do Instituto Soroterápico Federal no Rio de Janeiro – que daria origem ao Instituto Oswaldo Cruz, em 1908 – e do Instituto Butantã em São Paulo.

A criação dessas entidades marcariam um movimento institucional de reorganização dos serviços de higiene, oficializando propostas de enfrentamento das endemias .

Faço essa brevíssima incursão apenas para registrar, Senhores, que não é justo que se perca a guerra quando no passado o combate à malária já foi tão determinado.

Nossa realidade atual mostra que faltam nos municípios do interior da Amazônia políticas públicas específicas para a malária – diferente do que acontece com enfermidades como a febre amarela e a dengue.

Talvez por isso eu esteja aqui para saudar a iniciativa do Ministério da Saúde. Os dois barcos com capacidade de dez toneladas, oito botes de alumínio de sete metros, oito motores de popa de 25 HP e três pick-

ups que serão repassados para a Coordenação de Malária de Macapá e para a Força Tarefa (Intensificação das Ações de Controle da Malária) **chegam em hora muito bem vinda.**

Outros 29 veículos serão entregues às secretarias das 16 unidades municipais do Estado do Amapá.

Em junho, a Secretaria da Saúde recebeu do MS quatro motocicletas que já estão sendo usadas no Programa de Combate à Malária.

Eu já tive , Senhores, até mesmo o dissabor de ouvir, com muita indignação, que a malária atinge uma população de pouca força política.

No entanto, embora uma declaração desse tipo seja , entre outras coisas , ofensiva, é preciso ter coragem e reconhecer na malária um fator que dificulta e emperra o desenvolvimento na nossa região.

Que venham portanto estas e outras boas notícias. O Amapá precisa delas, conta com elas e tem absoluto direito a elas.

Geovani Borges / PMDB-AP

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a história tem nos mostrado que, quanto mais as sociedades se tornam desiguais nas suas relações sociais, mais se tornam, também, ineficientes economicamente e palco de distúrbios e conflitos de toda ordem.

Historicamente, nas repúblicas latino-americanas, pequenas oligarquias têm controlado o poder, concentrando a renda nas mãos de poucos. Tais sociedades, por isso mesmo, não têm prosperado como um todo.

O crescimento econômico que se dá advém, em grande parte, dos investimentos internacionais, privilegiando o capital e aumentando a pobreza nessas localidades.

Por outro lado, um movimento recente nas democracias da América Latina tem mostrado maior preocupação com uma mais justa distribuição de renda.

Os gestores públicos se preocupam, cada vez mais, com uma melhor condição de vida das suas populações.

Igualmente, o mesmo ocorre no Brasil. Um recente estudo do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – revela que vem caindo a desigualdade entre as pessoas ocupadas.

Realizada nas seis maiores Regiões metropolitanas do País – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador –, a pesquisa revela queda no Índice de Gini.

Variando de 0 e 1, o Índice de Gini é utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na localidade pesquisada.

A recente análise mostra uma retração de 7% nesse índice aqui no Brasil, entre os anos de 2002 e 2008.

Além disso, ainda aqui no País, a recuperação da renda dos mais pobres é cerca de cinco vezes maior que a dos mais ricos, na comparação entre 2003 e 2007.

Políticas como as de aumento do salário mínimo, paralelamente ao controle da inflação, são apontadas como as principais responsáveis por essas variações.

Nesse ritmo, o Brasil chegaria ao final de 2010 com Índice de Gini de 0,49 – o menor desde a década de 60. Pode-se considerar este um grande salto na distribuição da renda em nosso País.

Entretanto, o País ainda está estacionado na participação da renda do trabalho no PIB. É importante ressaltar que especialistas consideram que nações com Índice de Gini acima de 0,45 têm uma distribuição de renda selvagem e primitiva.

O índice no Brasil ainda é maior que 0,5, deixando o País em uma situação desconfortável. É oportuno

destacar, como disse no princípio, que uma realidade social com grande desigualdade de renda, além sofrer das mazelas sociais daí resultantes, ainda padece com uma economia ineficiente.

Exemplo disso é que, se houver um grande contingente de pobres em determinada sociedade, haverá, em consequência, um baixo consumo do que é produzido pela indústria e pela agricultura local. Se não há renda não há consumo.

Logo, a excessiva acumulação do capital vem em detrimento do próprio capital. Cria-se um círculo vicioso em que não se consome porque não se tem renda, e as empresas não investem na sua produção porque não têm consumidores.

Nesse mesmo sentido, ressalto novamente as graves consequências sociais que a desigualdade pode causar.

Quando há uma grande diferença entre a proporção de riqueza acumulada pelos ricos e mais pobres, a tensão social também cresce. Em casos extremos, isso acaba levando a distúrbios civis.

Nos dias atuais, há muitos outros casos, sobretudo no Continente africano, onde as rebeliões, mesmo que não bem-sucedidas, acabam por trazer estragos à sociedade que podem refletir por muito tempo.

Com programas como o Bolsa Família, o País se mostra no rumo correto. O projeto contribui para a redução da desigualdade no Brasil, e talvez seus efeitos não tenham aparecido de maneira substancial no estudo porque ele é mais forte no interior do País e não nas regiões metropolitanas.

Espera-se, contudo, que políticas públicas complementares sejam propostas, de forma a permitir que as pessoas que hoje dependem do Bolsa Família tenham, em algum momento próximo, a possibilidade de emergir socialmente como cidadãos.

Deve-se ter presente que o crescimento pode conter em seu bojo sintomas de desorganização social.

Ondas de crimes nas áreas metropolitanas degradadas impulsionam uma próspera indústria de proteção e segurança que fatura bilhões.

O número de carros blindados e de helicópteros usados em São Paulo é dos mais altos no mundo. Seqüestros e assaltos a bancos atuam como poderosos estimulantes dos negócios das companhias de seguro, aumentando o PIB.

Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia, insiste que o crescimento, como conceito quantitativo, é a base material para o desenvolvimento, e deve ser considerado como um meio e não como um fim.

O desenvolvimento ocorre quando o Poder público consegue transformar o crescimento em cuidados com os mais fracos, deserdados e discriminados

– crianças, idosos, minorias étnicas, desabrigados e desempregados, doentes físicos e mentais.

Esses são os verdadeiros indicadores do progresso humano, que devem ser a marca de uma sociedade brasileira mais justa e equitativa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 02 de junho, tive a honra de fazer a homilia, numa das missas da comemoração e das homenagens aos quatrocentos anos do Convento e da Igreja de Santo Antonio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Foi, para mim, uma das mais belas emoções nesta minha vida, que já vai longe, e que caminha à luz dos desígnios de Deus. Quando entrei naquele belíssimo Convento, eu me senti mergulhando na história brasileira.

Caminhei, emocionado, por corredores por onde passaram a nossa independência, a nossa soberania e, principalmente, a construção da nossa cidadania.

Contemplei os mesmos lugares onde se encontraram o rei e o povo, o velho e o novo, a esperança, a mudança, a solidariedade, a compaixão, a graça, a fé.

Encontrei com frades franciscanos que não se contentam em contar e a preservar a história do Brasil. Mais do que isso, continuam a construí-la, com os mesmos princípios de vida e de oração, por exemplo, de Frei Sampaio, mentor religioso e político de D. Pedro. Princípios de todos os missionários, capelães e semeadores do Evangelho que por lá passaram, cujos ensinamentos floresceram e frutificaram na santidade do nosso Frei Galvão, que, naquele mesmo lugar, formou-se teólogo e sagrou-se sacerdote.

São Francisco de Assis, considerado o homem do milênio, na sua peregrinação, em nome dos mais pobres e desvalidos, disse ter, um dia, ouvido uma voz: “não vêes que a minha igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim”. Pois, eu, lá, parece que ouvi a voz de São Francisco: “Essa é a igreja restaurada, não somente a igreja de tijolos e argamassa, mas a igreja construída na fé, na humildade e no amor ao próximo, destes nossos irmãos que aqui habitam, e que aqui freqüentam”.

Há oito séculos, numa das cerimônias daqueles tempos de barbárie em que viveu o nosso Mestre, o celebrante leu uma parte do Evangelho de São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos, para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio, como ovelhas no meio de lobos”.

São Francisco reconheceu, naquele instante, que as mensagens apostólicas, as mesmas que Cristo ordenara aos discípulos, para que espalhassem ao mundo, era o que ele tinha que viver, na plenitude. Ato

contínuo, começou a pregar os princípios de humanidade, de solidariedade e de compaixão, por todos os lugares por onde passava.

Pois bem, já se vão oito séculos desde a primeira pregação de São Francisco. Oito séculos de franciscanismo! Quis Deus que, no meio deste caminho do tempo, se erguesse uma igreja, no Rio de Janeiro, no maior país católico do mundo. Quatro séculos desde São Francisco, até a construção daquele convento franciscano, na cidade maravilhosa. Quatro séculos, desde esta mesma construção, até nós, franciscanos da nossa época!

Quem sabe Deus esteja, também, nesses nossos tempos, dizendo, novamente, por meio dos freis franciscanos do Convento Santo Antonio, herdeiros e seguidores dos princípios de São Francisco de Assis: “não vêes que a minha igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim!” Agora, mais que em outros tempos, entendemos, melhor, que não é, somente, aquela igreja de lugares e corredores por onde passei, naquela manhã, mas uma igreja fincada na humanidade, na solidariedade, na compaixão e no amor ao próximo.

São Francisco viveu numa época de impetuosa mercantilização de bens materiais. Nós vivemos um momento de criminosa mercantilização de consciências. Muitas vezes, de pecaminosa mercantilização da fé.

Não sei se podemos nos considerar, agora, como as ovelhas dos textos bíblicos, mas, estou certo, nesses nossos novos tempos de barbárie, que estamos, novamente, “no meio de lobos”. Onde se incluem, também, os “lobos” que estão dentro de nós.

Não é concebível, por exemplo, que, numa cidade que Deus fez tão maravilhosa, como o Rio de Janeiro, homens, criados à Sua semelhança, arrastem, pelas suas ruas, um menino inocente, ante a aflição dolorosa de sua mãe. Ou que um menino seja metralhado por quem, na verdade, deveria protegê-lo, mesmo que ele já estivesse no colo da mãe, aflita. Nem que uma menina, também inocente, tenha seus mais belos sonhos ceifados, supostamente, pelo próprio pai. Nem que se banalize, enfim, o sopro divino da vida, nas miras ou nas balas perdidas.

O resgate dos valores perdidos pela humanidade é a igreja a ser reconstruída.

Uma igreja edificada nos princípios da paz. Como disse Mahatma Gandhi, “a não-violência é a mais alta qualidade de oração. A riqueza não pode consegui-la, o orgulho devora-a, a gula e a luxúria ofuscam-na, a mentira a esvazia, toda pressão não justificada a compromete”. “Não há caminho para a paz, a paz é o caminho”.

As “políticas de paz para o Brasil”, tema que me foi proposto para a homilia, só se concretizarão se compreendermos, e viabilizarmos, as verdadeiras necessidades do povo, enquanto seres verdadeiramente humanos, tal e qual foram concebidos pelo Criador.

Este caminho de paz já foi orientado, para todos nós, pelo Papa Bento XVI. Disse ele: “somente através de um comum empenho de partilha, é possível responder ao grande desafio do nosso tempo, isto é, construir um mundo de paz e de justiça, no qual cada ser humano possa viver com dignidade”.

Martin Luther King, em um dos mais inesquecíveis momentos do século passado, que inspirou uma geração inteira, na luta de um povo pelos mesmos princípios franciscanos de liberdade, de dignidade, de humanidade, de solidariedade e de cidadania, bradou, ante milhares de pessoas: “eu tenho um sonho”. Disse ele: “Eu tenho um sonho que, um dia, esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais”.

Como Luther King, eu também tenho os meus sonhos. Aliás, eu tenho mais que sonhos: eu tenho fé.

Eu tenho fé em um Brasil onde todos, homens e mulheres, sejam, realmente, cidadãos na sua plenitude, sendo-lhes assegurados todos os direitos sociais, políticos e econômicos.

Eu tenho fé em um País onde os políticos sejam, realmente, representantes das aspirações do seu povo, e não seus usurpadores, e que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais.

Eu tenho fé em um País sem impunidades, onde a lei seja cumprida, em todos os segmentos da população, não importa se para o mais humilde dos cidadãos, ou se para aquele que a loteria biológica parece ter-lhe soprado, antecipadamente, todos os resultados da premiação.

Eu tenho fé em um País onde as crianças possam sonhar com um futuro mais digno, mais humano e mais cidadão.

Eu tenho fé em um País que, bonito por natureza, seja respeitado no seu meio-ambiente, não importa se nas pequenas flores dos seus jardins, ou na imensidão da sua maior floresta.

Eu tenho fé em um País sem qualquer discriminação de raça, de cor, de gênero, de condições sociais, econômicas e geográficas.

Eu tenho fé em um País onde os idosos, detentores de experiências acumuladas, tenham direito a uma existência digna, e que sejam respeitados nas suas necessidades de políticas públicas.

Eu tenho fé em um País iluminado pelo saber, fora da escuridão do analfabetismo.

Eu tenho fé em um país onde as pessoas possam transitar, livres e seguras, por suas ruas e avenidas, sem o risco da bala perdida, ou mirada.

Eu tenho fé em um País sem tamanhas desigualdades pessoais e regionais de renda, e onde todos tenham direito ao trabalho dignificante.

Eu tenho fé em um País sem a dor da fome e da miséria, onde todas as mesas de refeições sejam, de fato, de comunhão.

Eu tenho fé em um País onde todos tenham direito à moradia, mesmo que singela, fora das pontes e dos viadutos que lhe servem de lar, e das sarjetas, que lhes restam como meio-fio.

Eu tenho fé em um País sem as dores das filas dos hospitais, na mesma loteria da vida, em que se decide quem pode viver, e quem lhe resta morrer.

Eu tenho fé em um País onde a contribuição de cada um, não importa o valor, seja, efetivamente, partilhada entre todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriadas por poucos, que se locupletam do poder.

Eu tenho fé, enfim, em Deus e, mesmo que tenham se distanciado, tanto, Dele, eu também tenho fé nos homens, exatamente porque foram feitos à Sua imagem e semelhança.

A Igreja tem que voltar a ser, juntamente com a família e a escola, fonte geradora e propagadora de políticas de paz para o Brasil e para o mundo.

Quanto foram os brasileiros que também passaram por aquele Convento de Santo Antonio, nestes quatro séculos de disseminação da obra de São Francisco? E que se inspiraram nos ensinamentos dos franciscanos que lá viveram, e dos que lá habitam, nestes nossos dias? Quanto serão os que ainda virão? A paz para as novas gerações depende de nós, do tijolo e da argamassa das nossas almas.

Eu acho que todos os brasileiros deveriam passar, um dia, por aqueles corredores. Teriam, todos, a emoção que permanece comigo. Ainda bem que o franciscanismo tem o dom de construir caminhos, inspiradores como os do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro. Felizmente, são muitos os franciscanos que percorrem os corredores das nossas cidades, semeando, irrigando e colhendo emoções, na dedicação aos que pouco têm, além de fiapos de vida. Também eles constroem a nossa história. Uma história sedimentada nos princípios de solidariedade, de compaixão e de humanidade.

Vem daí, a razão da minha fé.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. PDT – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 54 minutos.)

**ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 77, de 31 de maio de 2008)

RETIFICAÇÕES

No Sumário, na página 17495, 2ª Coluna, antes do **Item 1.2.3....**, **inserir, por omissão, a seguinte comunicação da Presidência:**

Com relação aos Pareceres nºs 486 e 487, de 2008, referentes aos Avisos nºs 33, de 2001-TCU; e 106, de 2007, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

Na página 17550, 2ª Coluna, após a comunicação da Presidência referente ao Projeto de Lei da Câmara 37, de 2002, **inclua-se o seguinte:**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com relação aos Pareceres nºs 486 e 487, de 2008, referentes aos Avisos nºs 33, de 2001-TCU; e 106, de 2007, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

Na página 17584, 2ª Coluna, inclua-se, por omissão, no final do Aviso nº 400 – C. Civil., **o seguinte despacho:**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Na página 17627, 1ª Coluna, inclua-se, por omissão, após ementa da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, **o seguinte texto:**

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.*

Na página 17632, 1ª Coluna,

Onde se lê:

PARECER Nº 488, DE 2005

Leia-se

PARECER Nº 488, DE 2008

SENADO FEDERAL

ATA DA 102ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JUNHO DE 2008

(Publicada no **Diário do Senado Federal** , de 13 junho de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 19734, 1ª coluna:

Onde se lê:

Of. nº CE/5/2008

Leia-se:

Ofício nº CE/55/2008

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ^(7,17)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽¹⁶⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
16. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
17. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inc. I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9 titulares

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

TITULARES

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁹⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹¹⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽¹⁰⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (8)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
9. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
10. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
11. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(6,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
4. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31/03 a 31/07/2008.
4. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).

8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,11)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹³⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁵⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁶⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
11. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
12. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
13. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
14. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
15. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
16. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽²⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁴ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 19.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS